

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA
PSICOLOGIA DO COMPORTAMENTO DESVIANTE E DA JUSTIÇA

Crenças e Significados da Violência nas Relações de Intimidade em Estudantes Universitários/as

Teresa Maria Araújo de Carvalho Mota

M

2021



Universidade do Porto
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

**CRENÇAS E SIGNIFICADOS DA VIOLÊNCIA NAS
RELAÇÕES DE INTIMIDADE EM ESTUDANTES
UNIVERSITÁRIOS/AS**

Teresa Maria Araújo de Carvalho Mota

outubro de 2021

Dissertação apresentada no Mestrado Integrado de
Psicologia, Faculdade de Psicologia e de Ciências da
Educação da Universidade do Porto, orientada pelo
Professor Doutor *António Abel Pires* (FPCEUP).

AVISOS LEGAIS

O conteúdo desta dissertação reflete as perspectivas, o trabalho e as interpretações da autora no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto conceptuais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela.

Ao entregar esta dissertação, a autora declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. A autora declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, quero agradecer ao Professor Doutor António Abel Pires pela sua dedicação, compromisso e apoio que sempre teve ao longo de todo o processo, tanto pelos ensinamentos a nível académico como a nível pessoal. Apesar dos obstáculos que foram surgindo, todos foram ultrapassáveis. E isso apenas foi possível com o seu rigor, dedicação e disponibilidade incansável.

A todos/as os/as professores/as que se cruzaram no meu percurso académico contribuindo para o meu desenvolvimento profissional e pessoal.

Aos/às participantes deste estudo por terem despendido um pouco do seu tempo, pois sem eles/as não seria possível realizar este projeto tão importante para mim.

À Doutora Mariana Pinto, que desde o segundo ano da faculdade ouviu todas as minhas histórias pessoais e sempre me ajudou nas minhas conquistas e nos contratempos académicos e da vida. Obrigada pela influência que tem na minha vida e pelo excelente trabalho que temos vindo a fazer juntas.

Aos meus pais que sempre me apoiaram em qualquer fase, pelos incentivos diários, dando-me espaço e ao mesmo tempo acreditando sempre que iria chegar ao fim. Obrigada por nunca me falharem e por darem sempre o melhor de vocês para que nada me faltasse. Obrigada por todo o orgulho que têm em mim tornando este caminho um pouco mais fácil.

Ao Tiago, que sempre me deu a mão e ao mesmo tempo me deixou voar pelos meus sonhos, nunca duvidando das minhas competências e capacidades. Obrigada pela pessoa que és, por me fazeres ser uma pessoa melhor, por seres o meu braço direito, por seres o colo que sempre me acolhe. Obrigada por ouvires sempre as minhas histórias, deixando-me partilhar os meus medos, sendo o meu porto seguro sem qualquer julgamento. Na verdade, quero-te agradecer por tudo, porque contigo é tudo mais fácil.

À Reis, à Coelho, à Morais, à Sara e à Helena, porque sempre acreditaram em mim. Obrigada às minhas meninas que sempre me deram uma palavra amiga, que sempre apoiaram as minhas lutas. Obrigada por poder partilhar com vocês as minhas conquistas, os meus fracassos, mas acima de tudo, por me ensinarem tanto e por acreditarem sempre em mim.

À Carolina, à Noemi, à Melissa e à Catarina que tornaram toda a experiência da faculdade, numa das melhores aventuras de sempre! Onde a empatia e a compreensão

sempre estiveram presentes, apesar de nem sempre ser fácil nos reunirmos fora da faculdade. Mas, muitas vezes, conseguimos que o longe se fizesse perto.

À Isa, porque com ela aprendi o que é profissionalismo, dedicação e esforço. Obrigada por toda a disponibilidade, compreensão e enorme dose de paciência ao longo destes anos.

À Daniela e à Alexandra, que se revelaram uma enorme surpresa e que foram, sem dúvida, uma salvação. Muito obrigada pela disponibilidade, empatia e compreensão incansável!

A todos/as, o meu sincero obrigada! Foi com vocês que aprendi a combinar o talento com a criatividade, a motivação com a oportunidade e a persistência com a paciência.

Resumo

Este estudo tem como objetivo principal conhecer e analisar as crenças sobre a violência nas relações de intimidade e identificar a prevalência dessas condutas, praticadas e/ou sofridas pelo/as estudantes universitários/as, tendo em conta as suas características demográficas (e.g., género, orientação sexual e área de formação).

A amostra é constituída por 175 estudantes do ensino superior, com uma média etária de 24.17 anos, sendo que 57.7% participantes se identificam com o género feminino e 42.3% participantes se identificam com o género masculino. Para a recolha de dados, os instrumentos utilizados foram o questionário sociodemográfico, a Escala de Crenças sobre Violência Conjugal (Machado, Gonçalves & Matos, 2015) e o Inventário de Violência Conjugal (Machado, Gonçalves & Matos, 2015). A informação recolhida foi analisada através do *software* IBM SPSS (v. 27, 2020). De acordo com os resultados, a amostra em estudo apresenta baixa tolerância/aceitação de crenças que legitimam a violência conjugal, contudo não invalida a frequência de vitimização e/ou perpetração de comportamentos abusivos. E por este motivo, os resultados obtidos remetem para a necessidade de desenvolver ações de formação e/ou sensibilização, sendo fundamental que se debatam questões socioculturais, uma vez que as crenças enraizadas culturalmente sobre este fenómeno comprometem a vítima a nível individual, profissional e comunitário interferindo também no suporte social recebido, tanto pela sua rede de apoio informal, como também pelos profissionais e instituições que lidam com as queixas.

Palavras-chave: violência conjugal; estudantes universitários/as; crenças

Abstract

The main objective of this study is to identify and analyze the beliefs about violence in intimate relationships and identify the prevalence of these behaviors, practiced and/or suffered by college students, taking into account their demographic characteristics (e.g., gender, sexual orientation and area of training).

The sample is made up of 175 college students, with an average age of 24.17 years, 57.7% of the participants identify themselves as female and 42.3% as male. For data collection, the instruments used were the sociodemographic questionnaire, the Scale of Beliefs about Marital Violence (Machado, Gonçalves & Matos, 2015) and the Inventory of Marital Violence (Machado, Gonçalves & Matos, 2015). The collected information was analyzed using IBM SPSS *software* (v. 27, 2020). According to the results, the sample under study shows low tolerance/acceptance of beliefs that legitimize marital violence, however, this does not invalidate the frequency of victimization and/or perpetration of abusive behaviors. For this reason, the results point the need to develop training and/or awareness-raising activities, and it is essential to discuss socio-cultural issues, since culturally rooted beliefs about this phenomenon compromise the victim at an individual, professional and community level, also interfering with the social support received, both by their informal support network and by the professionals and institutions dealing with the complaints.

Keywords: marital violence; college students; beliefs

Résumé

L'objectif principal de cette étude est d'identifier et d'analyser les croyances sur la violence dans les relations intimes et d'identifier la prévalence de ces comportements, pratiqués et/ou subis par les étudiants universitaires, en tenant compte de leurs caractéristiques démographiques (par exemple, le sexe, l'orientation sexuelle et le domaine de formation).

L'échantillon est composé de 175 étudiants de l'enseignement supérieur, avec un âge moyen de 24.17 ans, 57.7% de femmes et 42.3% d'hommes. Pour la collecte des données, les instruments utilisés étaient le questionnaire sociodémographique, l'Échelle de croyances sur la violence conjugale (Machado, Gonçalves, & Matos, 2015) et l'Inventaire de la violence conjugale (Machado, Gonçalves, & Matos, 2015). Les informations recueillies ont été analysées à l'aide du logiciel IBM SPSS (v. 27, 2020). D'après les résultats, l'échantillon étudié présente une faible tolérance/acceptation des croyances qui légitiment la violence conjugale, mais cela n'invalide pas la fréquence de la victimisation et/ou de la perpétration de comportements abusifs. Pour cette raison, les résultats indiquent la nécessité de développer des activités de formation et/ou de sensibilisation, et il est essentiel de discuter des questions socioculturelles, car les croyances culturellement enracinées concernant ce phénomène compromettent la victime au niveau individuel, professionnel et communautaire, interférant également avec le soutien social reçu, tant par leur réseau de soutien informel que par les professionnels et les institutions qui traitent les plaintes.

Mots clés : violence conjugale ; étudiants ; croyances

Índice

Introdução	1
Parte I - Enquadramento Teórico	2
1. Violência nas Relações de Intimidade.....	2
2. Perspetivas teóricas	3
2.1. Teorias atitudinais e subculturais	3
2.2. Abordagem ecológica.....	4
2.3. Abordagem sistémica	5
2.4. Abordagem feminista	5
2.5. Abordagem multiculturalista.....	6
2.6. Abordagem interacionista	7
2.7. Abordagem estruturalista	7
3. Impacto da vitimização	8
3.1. Adolescência e Namoro	8
3.2. Tipologias da violência	11
Parte II – Estudo Empírico.....	13
1. Método	13
1.1. Objetivos e hipóteses de estudo	13
1.2. Participantes	14
1.3. Instrumentos	15
1.4. Procedimento.....	16
2. Resultados.....	17
3. Discussão de Resultados.....	27
4. Conclusão	30
Referências Bibliográficas	32
Anexos.....	40
Anexo 1 - Questionário Sociodemográfico.....	41
Anexo 2 – Fatores da Escala de Crenças sobre Violência Conjugal	43
Anexo 3 – Consentimento Informado	44
Anexo 4 – Contactos de Apoio a Vítimas fornecidos aos/às participantes	46
Anexo 5 – Gráficos referentes à análise do IVC	47

Introdução

A violência é um fenómeno com grande complexidade, tornando árduo o seu processo de explicação. As suas condutas, quer sejam aceitáveis ou não, podem ser influenciadas, em parte, pela cultura em que estão inseridas e esta definição está sujeita a uma constante transformação (Ventura, Ferreira, & Magalhães, 2013).

Foi na década de 60 que a violência conjugal começou a ser incluída na investigação, sendo atualmente evidente que a violência na intimidade também ocorre noutros contextos relacionais, tais como, nas relações homossexuais, relações de namoro e em uniões de facto ou no período pós-separação (Antunes, & Machado, 2012). Mais tarde, em 1981 Makepeace (citado por Lewis, & Fremouw, 2001) iniciou os estudos relacionados com a violência na intimidade, mostrando que uma em cada cinco relações amorosas estabelecidas por estudantes universitários/as apresenta sinais de violência. Em 2004, Straus realizou um estudo intercultural em dezasseis países, abrangendo trinta e um contextos universitários, tendo verificado a existência de uma taxa de violência física nas relações de namoro entre os 17% e os 45%.

A nível nacional, o estudo realizado por Machado, Caridade e Martins (2009), veio corroborar a significativa taxa de violência perpetrada nos relacionamentos amorosos, sendo que 30.6% das pessoas participantes que mantinham uma relação amorosa reconheceram ter praticado atos abusivos contra os/as seus/suas parceiros/as, no último ano, sendo 22.4% de cariz emocional e 18.1% de natureza física. Porém, fatores como o grau de compromisso entre parceiros/as, a duração da relação afetiva e a orientação sexual das pessoas que entrevistaram ainda são descurados em grande parte dos estudos de investigação (Antunes, & Machado, 2012).

Segundo Faro e Sani (2014), a vítima é a peça chave no processo, uma vez que conforme referido por alguns/as autores/as, a investigação tem-se centrado no impacto e na prevalência da violência. A perceção das suas causas e até a própria aceitação social são influenciadas pelo papel desempenhado pela cultura, quando esta engloba as práticas psicoeducativas e o papel de género, uma vez que afeta a forma como as vítimas “experienciam e lidam com as agressões de que são alvo” (Machado, & Dias, 2010, p. 34).

A violência doméstica é um crime público, mas encontra-se em grande parte ligado à forma como a sociedade o encara (Crichton-Hill, 2001; Pereira, 2020), uma vez que

ainda se encontra muito legitimada, incluindo até situações de namoro nas pessoas jovens. Atendendo a que futuramente, estas podem tornar-se extremadas originando até fatalidades, surge a necessidade do trabalho de prevenção na desmitificação dos conceitos enraizados (Cotrim, 2020; Dantier, 2020).

A presente dissertação está dividida em quatro partes. A primeira secção é relativa ao enquadramento teórico. Na segunda secção são explicitados os aspetos metodológicos referentes às opções de amostra, instrumentos utilizados, procedimento de recolha e análise de dados quantitativos. Na terceira secção são apresentados e discutidos os resultados obtidos. E, por último, na quarta secção são apresentadas as conclusões mais significativas, onde são identificadas as limitações e feitas propostas para estudos futuros.

Parte I - Enquadramento Teórico

1. Violência nas Relações de Intimidade

Segundo Dias (2003), a sexualidade perdeu as características instrumentais dando lugar à emoção, à afetividade e ao carinho como qualidades centrais, uma vez que a felicidade e a satisfação pessoal se tornaram o epicentro da formação do casal. Deste modo, Pacheco (1998 citado por Dias, 2003) defende que o relacionamento entre o casal se tornou mais complexo, levando a uma conexão pautada pela empatia, a busca interior, a troca de afetos e a autoexploração com o relacionamento erótico. A amplitude desta abrangência no relacionamento promoveu a aceitação social de tipos de vivência amorosa até então consideradas furtivas tais como a sexualidade pré-conjugal, extraconjugal e homossexual (Dias, 2003).

Muitas vezes, o conflito inicia-se na insistência para a igualdade na partilha de decisões, uma vez que cada elemento pretende fazer prevalecer a sua ideia, acabando por prejudicar o quotidiano das relações conjugais. Esta tensão surge num conjunto de desigualdades observáveis em diferentes competências, desde a socialização e formação diferencial entre os/as parceiros/as até às oportunidades de mobilidade social e às desiguais contribuições domésticas (Dias, 2003). Segundo Machado (2010), o aumento da complexidade das relações humanas contribui para as constantes transformações de violência. Deste modo, verifica-se uma dificuldade acrescida para a sua definição e concordância sobre certas manifestações como sendo ou não violentas. De acordo com

Ventura, Ferreira e Magalhães (2013), dado que as definições de violência doméstica, violência conjugal e violência nas relações de intimidade são utilizadas com significados muito próximos surgiu a necessidade de alargar o conceito a todos os seus atos praticados. Quer estes sejam de natureza física, psicológica ou sexual e perpetrados por ex-cônjuges, pessoas que podem ser do mesmo sexo ou do sexo oposto com quem a vítima mantenha ou tenha mantido uma relação com ou sem coabitação.

De acordo com Gelles e Straus (1979), a regularidade das agressões no seio familiar incrementou uma legitimidade cultural, fortalecendo a aceitação da violência dentro do lar. Concomitantemente, o *mito da família idealizada* leva a uma desvalorização da violência doméstica como prática condenável e consequentemente, o afastamento da imagem realista da *família que mata* (Dias, 2003).

2. Perspetivas teóricas

No que concerne à violência nas relações de intimidade, é admissível que esta advinha, em parte, de problemas culturais. Assim sendo, é imprescindível a sua mudança, tornando-se necessária a perceção da sua origem, tendo em vista a sua erradicação.

2.1. Teorias atitudinais e subculturais

Os/as agressores/as maritais tendem a expressar atitudes de maior legitimação da violência, conforme é demonstrado em vários estudos. Esta premissa enfatiza o conceito, uma vez que a violência ocorrida em contexto de intimidade é preditora de atitudes da sua validação (Machado & Dias, 2010).

Markowitz (2001) admite que apesar de as atitudes terem a sua importância, não são detentoras de uma total universalidade na explicação das diferenças demográficas, no que diz respeito à violência conjugal. Esta ideia é complementada por Carlson (2005) que afirma que embora numa generalidade a violência seja reprovável, em circunstâncias específicas, passa a ser considerada aceitável.

Neste contexto, a teoria da Subcultura da Violência de Wolfgang e Ferracuti (1967) atribui a origem ao resultado de normas grupais que diferem nos valores sociais. Consequentemente, a violência é legitimada quando associada à resolução de problemas interpessoais, como fonte de poder e estatuto social dentro do grupo de pares. Através dos

processos de aprendizagem social, o grupo promove modelos de aprendizagem de violência como racionais para a sua legitimação, resultando na transmissão de crenças e de valores (Machado & Dias, 2010).

Assim, Levinson (1989, p. 40) sustenta que a diferença na severidade e a frequência da violência entre países pode ser explicada pelas normas culturais em relação à sua aceitabilidade. Desta forma, a violência contra as mulheres seria resultante de uma prova de masculinidade, face a uma subcultura masculina violenta, uma vez que “algumas sociedades têm um conjunto básico de valores e crenças que enfatizam a agressão”.

Contudo, esta teoria foi criticada por Gelles e Straus (1979) considerando que não consegue explicar a origem das normas subculturais nem tão pouco a forma como estas evoluem ao longo do tempo. Concomitantemente, Grandin e Lupri (1997) também foram críticos desta teoria, dado que deve ser tida em conta a ligação emocional entre agressor/a e vítima, uma vez que é o que diferencia a violência conjugal da violência criminal comum.

2.2. Abordagem ecológica

No âmbito da violência familiar, a abordagem ecológica é uma das mais reconhecidas. Esta teoria entende a violência como o produto de uma rede complexa de influências que progride do nível individual ao macro-cultural (Machado & Dias, 2010). Esta doutrina começou por ser direcionada aos maus-tratos infantis (Belsky, 1993; Garbarino, 1993) e, só em menor escala, à violência doméstica (Stith, Penn, Ward, & Tritt, 2004; Brownridge, 2006).

De acordo com Belsky (1993), a violência familiar deve abranger o “contexto desenvolvimental psicológico” do/a interveniente, o “contexto interativo imediato familiar” (microsistema), os contextos formais e informais que influenciam a vida familiar (exossistema) e o contexto cultural (macrossistema).

O nível cultural é destacado numa leitura cognitivo-ecológica feita por Malley-Morrison (2004). Esta proposta tem como base as teorias implícitas dos/as indivíduos/as, que se encontram relacionadas com a legitimação da violência e que são desenvolvidas a partir do contexto cultural mais vasto. Neste modelo, estas fazem parte das suas heranças culturais, sendo as responsáveis pela maneira de pensar, avaliar e responder a situações específicas. Deste modo, podem estar incluídas crenças quanto aos papéis familiares e de género, a justificabilidade da agressão e os seus efeitos, bem como as representações do *self* e das suas relações (Machado & Dias, 2010).

Corroborando a mesma ideia, Garbarino (1993) tem em conta a maneira como as estruturas socioeconômicas e culturais podem afetar a vida familiar.

2.3. Abordagem sistêmica

Straus (1973 citado por Michalski, 2004) demonstra que a teoria geral dos sistemas pode ser aplicada à violência doméstica, na medida em que o padrão envolve toda a família e não unicamente a relação do casal.

Alguns problemas como comunicação pobre, expressão indireta de sentimentos, regras inflexíveis, secretismo, falta de limites e isolamento face ao mundo exterior encontram-se na origem de um disfuncionamento familiar como é defendido por diferentes autores (Anderson & Schlossberg, 1999; Margolin, Sibner, & Gleberman, 1988). As sequências repetitivas de interação resultam na disfunção e quando exercidas por todos os membros da família, consolidam o problema (McConaghy & Cottone, 1998).

O padrão interativo do sistema relacional, que é sustentado tanto por vítimas como por ofensores/as (Greenspun, 2000) é a origem da violência doméstica e não um processo linear de causalidade da mesma (Dell, 1989). Porém, Goldner (1998) realça a importância da ideia de que a participação de ambos/as os/as parceiros/as não implica a mútua responsabilidade dos atos.

Esta teoria é colocada em dúvida, face ao seu foco a nível familiar, pouco direcionada ao papel cultural na justificação da origem das interações violentas na família, através de assimetrias de género na distribuição de poder (Goldner, 1998).

2.4. Abordagem feminista

De acordo com as abordagens feministas, a distribuição desigual de poder entre géneros é o principal fator base da violência. Esta é aproveitada pelos homens para exercerem domínio e controlo sobre as mulheres, subordinando-as às suas vontades (Marin & Russo, 1999; Yllo, 2005).

Segundo Hearn (1996), nesta perspetiva verifica-se uma evolução progressiva e contínua entre a estrutura familiar e a violência conjugal. Esta premissa vem reforçar o estatuto da subordinação da mulher, face a uma organização social e cultural patriarcal atentando na forma dissemelhante de distribuição de poder, recursos e papéis no seio familiar convencional.

Consequentemente, as condições culturais são vistas como facilitadoras do abuso e têm proveniência nas crenças relacionadas com a obediência das mulheres aos maridos e a sua objetificação. Deste modo, é também possível perceber a importância atribuída à cultura na explicação da violência nas relações de intimidade, verificando-se inclusivamente a ausência de sanções sociais (Crichton-Hill, 2001).

No entanto, esta abordagem é detentora de algumas limitações, tais como a negligência da classe e da etnia, sendo por isso alvo de algumas críticas. Esta forma de essencialismo baseada no género exclui o fator de vivência individual (Machado & Dias, 2010).

2.5. Abordagem multiculturalista

Esta perspetiva estende o conceito à intersecção do género, da classe e da etnia, na compreensão da experiência da vítima, sendo por isso vista como uma crítica central às abordagens feministas (Machado & Dias, 2010).

No seguimento desta abordagem, Crenshaw (1994) desenvolve o conceito de “interseccionalidade”, face à existência de estruturas de subordinação na vida das mulheres e que modelam as suas experiências de violência. Corroborando esta ideia, encontram-se respostas dadas por mulheres perante diferentes situações que detêm no contexto social. Deste modo, uma mulher caucasiana, trabalhadora, de classe média, sem filhos terá certamente uma resposta diferente de uma emigrante negra, desempregada, que é mãe, perante um ato sofrido de violência (Machado & Dias, 2010).

Neste contexto, Kasturirangan, Krishnan e Riger (2004) defendem ainda a relevância dos problemas económicos, das barreiras linguísticas, crenças religiosas, medo de deportação e desconfiança na resposta das instituições, face a uma eventual intrusão e vigilância ou até mesmo um tratamento hostil, uma vez que são fatores influenciadores na experiência e na resposta de cada mulher. A necessidade da criação de uma imagem positiva na comunidade e do sentimento de pertença a uma família, pode tornar-se prejudicial, uma vez que são fatores que contribuem para a ocultação do abuso, com receio de eventualmente prejudicarem o futuro dos seus filhos (Dasgupta, 1998).

2.6. Abordagem interacionista

Perante esta perspectiva, o gênero é entendido como uma particularidade da interação social e não como uma individualidade que prediz o comportamento (Dias & Machado, 2008). Consequentemente são assumidas atitudes de masculinidade e feminilidade, que resultam das expectativas sociais estipuladas (West & Zimmerman, 1987; Anderson, 2005), levantando a questão de ser a masculinidade a causa da violência ou se será a violência uma determinante da masculinidade.

Corroborando esta ideia, estudos empíricos demonstram que o uso da violência dos homens sobre as parceiras ocorre quando a sua autoridade é posta em causa (e.g., Babcock, Waltz, Jacobson, & Gottman, 1993; Dobash & Dobash, 1998; Totten, 2003), sendo assim esta conduta reforçada como uma demonstração da masculinidade (Babcock *et al.*, 1993; Anderson & Umberson, 2001).

Assim, a construção da heterossexualidade normativa ocorre por parte do gênero masculino, com a ideia enraizada de um apetite sexual ilimitado, verificando-se o controle, exploração e subordinação da sexualidade feminina (Brown, 1998).

2.7. Abordagem estruturalista

De acordo com esta abordagem, o gênero é percebido como uma estrutura social. Segundo Risman (1998), os/as autores/as argumentam que o gênero é um sistema de estratificação responsável por posicionar o homem e a mulher em categorias e ocupações desiguais, desvalorizando as suas verdadeiras vontades.

Ao longo do processo de socialização, os homens tendem a receber mais indicações para o uso da violência (Anderson, 2005), enquanto a mulher é desencorajada a usá-la (Fagot, Hagan, Leinbach, & Kronsberg, 1985; De Welde, 2003). Deste modo, a violência conjugal é uma experiência vivenciada pela vítima de maneira diferente, estando dependente do seu gênero. No caso de a vítima ser mulher, então esta é colocada em circunstâncias de inferioridade e de maior fragilidade (Anderson, 2005).

O contexto estrutural é o responsável pela atribuição de diferentes níveis de violência no namoro e no casamento, uma vez que a autonomia de suporte é desigual. No matrimônio é mais difícil abandonar a relação, devido a uma maior probabilidade de dependência do parceiro (Archer, 2000; Anderson, 2005).

3. Impacto da vitimização

3.1. Adolescência e Namoro

Foi apenas no século XX que surgiu a necessidade de criar o termo adolescência para melhor se identificar o período de transição da infância para a idade adulta (Fasick, 1994), tendo sido vários os termos utilizados, tais como: adolescência, adolescência prolongada, juventude ou jovens adultos (Erikson, 1968). Apesar de não se verificar um consenso quanto ao termo a adotar, a maioria dos/as autores/as salienta que esta fase de desenvolvimento é caracterizada pela exploração, experimentação, mudança e instabilidade (Brandão, Saraiva, & Matos, 2012) que fazem desenvolver requisitos preliminares para ultrapassar uma eventual crise de identidade, quando esta é percebida como aspecto psicossocial do processo (Erikson, 1968). No que concerne à sexualidade, com a maturação fisiológica e psicológica, começa a surgir uma melhor clarificação relacionada com o gênero (Paul & White, 1990), uma vez que as proporções do corpo se alteram significativamente, originando uma infinidade de impulsos (Erikson, 1968).

O crescimento humano vai construindo uma identidade dependente dos padrões que são influenciados pelas pessoas significativas que o rodeiam, mas é a relatividade cultural a responsável pela definição de uma personalidade saudável (Erikson, 1968). É nesta fase, que o ser humano vivencia várias situações com pessoas diferentes potenciando uma aprendizagem de maneiras de interagir e reagir. Por isso, a importância das primeiras relações, apesar de serem consideradas superficiais ou desajeitadas, não deve ser desvalorizada (Furman & Wehner, 1997). Um número excessivo de oportunidades confere à pessoa jovem uma diversidade de escolha, perante o itinerário a selecionar para o planeamento de uma viagem (Brandão, Saraiva, & Matos, 2012).

Straus (2004) define que o namoro é uma fase pautada por atividades com intenções explícitas e implícitas, onde é investido tempo e dedicação pelas pessoas envolvidas, sendo assim percebido como uma antecâmara para um relacionamento com um maior nível de compromisso, como coabitação, noivado ou casamento ou para a sua rutura. As normas sociais não devem ser descuradas, uma vez que existem diferenças individuais, étnicas e culturais em que cada pessoa se insere. Corroborando esta ideia, Paul e White (1990) atribuem uma importância significativa ao namoro, definindo-o como atividade central, considerando que as identidades são moldadas pelas experiências

resultantes da interação entre o desenvolvimento pessoal e os contextos sociais envolventes (Vignoles, Schwartz, & Luyckx, 2011).

Deste modo, Furman e Wehner (1997) evidenciam que um/a parceiro/a romântico/a pode tornar-se uma figura importante, nomeadamente, de dedicação, cuidado e comportamento sexual, dado que é adotada uma figura de apego, onde a outra pessoa pode encontrar apoio, conforto e cuidados semelhantes aqueles que dá. Os relacionamentos românticos são percebidos como uma panóplia de oportunidades de cooperação e altruísmo, porque é no/a seu/sua parceiro/a que possivelmente se encontra companheirismo e amizade. Numa relação amorosa deve ser tida em conta a individualidade de cada interveniente, dado que é comum surgirem conflitos. Contudo, estes podem ser ultrapassados de maneira amigável ou podem escalar para a violência (Miller & Benson, 1999).

De acordo com Fraser (2003), na sociedade ocidental encontram-se duas perspetivas opostas no que concerne ao amor. Ora, enquanto uma é baseada no deslumbramento e na felicidade, a outra é marcada por histórias de traição, tristeza e abuso, sendo ambas influenciadas por filmes, novelas e/ou músicas. Os sentimentos expostos como “o amor conquista tudo” ou “uma vida sem amor não é vida” (Jamieson, 1998) levantam questões relacionadas com a patologização das vítimas, quando estas abandonam o cônjuge violento (Eisikovits, Buchbinder, & Mor, 1998; Westlund, 1999; Wood, 2001).

As expectativas relativas à segurança, que são transmitidas pelas figuras de apego primárias, ao longo da infância, são interiorizadas como modelos de funcionamento que impulsionam o desenvolvimento de relações próximas e que orientam as interações com os outros de uma forma evidente nas relações românticas adultas (Allison, Bartholomew, Mayless & Dutton, 2008; Bookwala, 2002). Assim sendo, verificam-se modelos que sugerem a existência de uma associação entre estilos de apego com elevados níveis de ansiedade e as dinâmicas relacionais entre os/as parceiros/as explicando a violência como uma forma disfuncional do comportamento, tendo como objetivo manter a proximidade (Allison et al., 2008).

À luz das abordagens estruturalistas, o amor pode ser analisado como um componente da ação social (Dias & Machado, 2011). Goode (1959, citado por Torres, 2001) considera que a experiência e a intensidade do amor se encontram relacionadas com a estrutura social em que se encontram e, conseqüentemente são constrangidas pela posição de cada sociedade. Segundo o autor, o amor é regulado por padrões

socioeconómicos, englobando desde os casamentos arranjados pelos progenitores até ao controlo social indireto presente na sociedade atual.

Torres (2001) articula a escolha livre do/a parceiro/a, uma vez que os sentimentos e a atração pelo/a outro/a são fatores decisivos, com a escolha do “socialmente próximo”. Isto significa que a pessoa procura compatibilizar os sentimentos com as expectativas sociais, sejam estas provenientes dos pares, familiares ou outras pessoas que a rodeiam. Desta forma, é relacionada a posição que os seres humanos ocupam num campo social com as suas escolhas e desejos amorosos (Munck, 2004), defendendo assim, que as transformações estruturais no campo amoroso dependem de mudanças nas relações de poder entre diferentes grupos sociais (e.g., género, classe social, estatuto social) (Dias & Machado, 2011).

Chung (2005) reforça que o amor romântico é uma instituição heterossexual, contribuindo para que as mulheres não interpretem o comportamento violento dos parceiros como expressão de poder e controlo, mas como sinónimo de amor e intimidade. À luz desta perspetiva, é possível entender a forma como sujeitos de diferentes categorias sociais se deparam com diferentes padrões normativos e constrangimentos à vivência do amor face à violência nas relações. Porém, o amor e a violência não podem ser reduzidos às condições socioestruturais existentes, pois esta visão irá negligenciar a forma como os/as próprios/as sujeitos/as se posicionam e constroem sentido para as suas vivências e se centram apenas na conceção romântica heterossexual, ignorando a existência de outras experiências amorosas que não são consideradas dominantes (Dias & Machado, 2011).

Se a leitura do amor for vista como uma construção social (Townes & Adams, 2000), então, este é visto como um sistema de significados que se constrói e organiza continuamente através de interações, diferindo em função do contexto social, cultural e histórico, tendo repercussões nas práticas sociais (Wood, 2001). Vários estudos revelam a existência de diferentes discursos que influenciam a forma como as relações de intimidade são experienciadas (e.g., Borochowitz, 2008; Borochowitz & Eisikovits, 2002; Wood, 2001). Vandello e Cohen (2003) salientam a forma como os significados associados ao ciúme e à fidelidade sustentam relações abusivas, influenciando o modo como os/as sujeitos/as percecionam a violência e legitimando a sua associação ao amor (Borochowitz, 2008; Townes & Adams, 2000).

Deste modo, Hatfield e Rapson (2005) defendem que a cultura influencia por quem, quando e como nos apaixonamos. Todavia, Lieberman e Hatfield (2006) referem que o amor apaixonado parece ser culturalmente universal, apesar de existirem valores que

influenciam o significado que é atribuído ao termo. Assim, os estudos culturais vêm sustentar a leitura construcionista evidenciando que esta experiência corresponde a uma narrativa descrita e vivida de uma forma que é constrangida pelos padrões culturais num dado tempo/espaço (Towns & Adams, 2000).

O amor também tem sido analisado como fator explicativo das reações após a ocorrência de violência, no que respeita à sua manutenção ou à não denúncia do problema (Black, Tolman, Callahan, Saunders, & Weisz, 2008). Estudos qualitativos com vítimas e agressores, com foco nas suas vivências e significados que lhes atribuem, são os que têm procurado analisar a relação específica entre violência e a forma como cada sociedade nos diz o que “é” ou “deve ser” o amor (Dias & Machado, 2011). Neste sentido, Hatfield e Rapson (2005) procederam a uma revisão dos estudos que analisam o amor e algumas expressões mais intensas e/ou violentas, como o ciúme, a rejeição ou o amor não correspondido, em várias culturas. Assim, verificaram que não são os genes que determinam o que é ou não perturbador numa relação e o que desencadeia reações negativas mais intensas, veiculando e modelando a adoção de práticas relacionais abusivas ou violentas. Porém, é importante focar que apesar dos contributos dos estudos culturais, são as abordagens narrativas, que têm explorado a dimensão cultural da articulação do amor e da violência, demonstrando que as representações das relações amorosas podem influenciar a maneira como a vítima experiencia a violência, sendo o motivo que mantém a mesma numa relação abusiva (Towns & Adams, 2000).

Dias e Machado (2011) consideram que a relação entre amor e violência na intimidade não pode deixar de ter em conta o enquadramento sociocultural em que ocorrem, visto que é através desta dimensão que são fornecidos repertórios de significados do amor. A violência persiste e é reforçada quando é legitimada por discursos socioculturais que originam comportamentos individuais e modela as interpretações que cada um faz do seu próprio comportamento e o dos que o rodeiam (Towns & Adams, 2000; Wood, 2001).

3.2. Tipologias da violência

A violência pode ser traduzida em diferentes tipos de comportamento podendo ser dividida em três grandes categorias, consoante a sua natureza, nomeadamente: violência física, violência psicológica e/ou emocional e violência sexual (Caridade & Machado,

2006; Lisboa, Barroso, & Marteleira, 2003). Estas diferentes manifestações de violência acarretam sofrimento nas vítimas, a nível da saúde física, mental e social.

3.2.1. Violência Física

A violência física diz respeito ao uso intencional de força física e pode ser traduzida em comportamentos, como: arranhar, empurrar, morder, esganar, puxar o cabelo, bater, queimar, pontapear, entre outros que o/a agressor/a inflija sobre a outra pessoa (Saltzman, L. E., Fanslow, J. L., McMahon, P. M., & Shelley, G. A., 2002).

3.2.2. Violência Psicológica e/ou Emocional

A violência psicológica pode ser definida como “um padrão de comunicação, quer verbal ou não-verbal, com a intenção de causar sofrimento psicológico na outra pessoa, ou que é percebido como tendo essa intenção” (Straus & Sweet, 1992, p. 347), por exemplo, através do isolamento, da perseguição ou do desprezo (Wekerle & Wolfe, 1999).

3.2.2. Violência Sexual

No que concerne à violência sexual, esta pode ser definida como qualquer situação em que se verificam atitudes e comportamentos sexuais, por parte do/a agressor/a para a prática da atividade não consentida (Saltzman et al., 2002; Wekerle & Wolfe, 1999), como por exemplo uma “violação no contexto de um encontro amoroso, o uso de pressão para que a vítima tenha relações sexuais antes de estar preparada ou então para que tenha relações sexuais mais vezes do que esta deseja” (Smith & Donnelly, 2000, p. 57).

Parte II – Estudo Empírico

1. Método

Neste capítulo será descrita a metodologia e os procedimentos implementados para a realização da presente investigação. Deste modo, será feita uma caracterização dos/as participantes, bem como dos instrumentos utilizados para a obtenção dos dados necessários para a investigação e, por último, uma breve explicação dos procedimentos estatísticos utilizados.

1.1. Objetivos e hipóteses de estudo

O objetivo geral desta investigação é estudar as crenças que legitimam a violência conjugal. Neste sentido, os objetivos específicos passam por: (1) conhecer e analisar as crenças sobre a violência conjugal para aceder aos pensamentos e/ou sentimentos dos/as estudantes universitários/as; (2) verificar se existem diferenças significativas no que respeita às crenças que legitimam a violência conjugal considerando as características sociodemográficas dos/as estudantes universitários/as (e.g., género, orientação sexual, área de estudos); (3) identificar a prevalência das práticas de violência nas relações de intimidade, perpetradas e sofridas pelos/as estudantes universitários/as; (4) relacionar o grau de legitimação da violência conjugal com a perpetuação de comportamentos de violência conjugal.

Considerando os objetivos delineados e a revisão de literatura efetuada foram criadas as seguintes hipóteses: (H₁) Existem diferenças estatisticamente significativas nas crenças que legitimam a violência conjugal entre estudantes universitárias do género feminino e estudantes universitários do género masculino; (H₂) Existem diferenças estatisticamente significativas nas crenças que legitimam a violência conjugal entre estudantes universitários/as heterossexuais, estudantes universitários/as homossexuais e estudantes universitários/as bissexuais; (H₃) Existem diferenças estatisticamente significativas nas crenças que legitimam a violência conjugal entre estudantes universitários/as cuja área de estudos se relaciona com o comportamento e relações humanas e estudantes universitários/as cuja área de estudos não se relaciona com o comportamento e relações humanas.

1.2. Participantes

O presente estudo conta com uma amostra de 175 estudantes do ensino superior, idade média 24.17 anos ($DP=7.37$). Embora a amostra contemplasse, inicialmente, 496 participantes, 321 foram excluídos devido ao incorreto preenchimento do questionário. Trata-se de uma amostra por conveniência de estudantes da Universidade do Porto, por constrangimentos relacionados com a recolha de dados em momento de pandemia e devido à recetividade ao estudo não ter sido igual em todas as faculdades. Na tabela 1 encontram-se discriminadas as características sociodemográficas dos/as participantes.

Como é possível verificar na tabela 1, os/as participantes desta investigação provêm de áreas de formação distintas. Desta forma, com o objetivo de facilitar a análise e compreensão dos resultados, foi tida em conta a possibilidade de os/as estudantes terem contacto com temáticas relacionadas com violência, vítimas e/ou agressores/as ao longo do plano curricular e foram então divididos/as em dois grupos: (1) área de formação com ligação às relações e comportamento humano (i.e., Formação de Professores/Formadores e Ciências da Educação; Ciências Sociais e do Comportamento; Direito; Saúde); (2) área de formação sem ligação às relações e comportamento humano (i.e., Artes; Ciências Empresariais; Ciências Físicas; Ciências da Vida; Humanidades; Matemática e Estatística; Informática; Informação e Jornalismo; Engenharias e Técnicas Afins; Arquitetura e Construção; Agricultura, Silvicultura e Pescas; Ciências Veterinárias; Serviços Pessoais).

Tabela 1 - Características sociodemográficas da amostra.

		Frequência (n)	Percentagem (%)
Género	Feminino	101	57,7
	Masculino	74	42,3
Estado civil	Solteiro	157	89,7
	Casado/União de facto	18	10,3
Orientação Sexual	Heterossexual	134	76,6
	Homossexual	9	5,1
	Bissexual	32	18,3
Área de Formação	Formação de Professores/Formadores e Ciências da Educação	3	1,7
	Artes	1	0,6
	Humanidades	19	10,9
	Ciências Sociais e do Comportamento	34	19,4
	Informação e Jornalismo	1	0,6
	Ciências Empresariais	7	4,0
	Direito	9	5,1

Nível de escolaridade	Ciências da Vida	17	9,7
	Ciências Físicas	7	4,0
	Matemática e Estatística	2	1,1
	Informática	6	3,4
	Engenharia e Técnicas Afins	26	14,9
	Arquitetura e Construção	6	3,4
	Agricultura, Silvicultura e Pescas	2	1,2
	Ciências Veterinárias	4	2,3
	Saúde	26	14,9
	Serviços Pessoais	5	2,9
	Licenciatura	69	39,4
	Mestrado ou Mestrado Integrado	86	49,1
	Doutoramento	19	10,9
	Pós-graduação	1	0,6

1.3. Instrumentos

Foram utilizados três instrumentos distintos. Numa primeira parte foi aplicado um questionário sociodemográfico (cf. Anexo 1), abrangendo diferentes variáveis consideradas pertinentes com o objetivo de caracterizar a amostra, nomeadamente: estado civil; género; orientação sexual; idade; curso a frequentar; nível de escolaridade.

Na segunda parte, foi utilizada a Escala de Crenças sobre Violência Conjugal (ECVC), elaborado por Machado, Gonçalves e Matos (2015), que permite, num contexto de relações de tipo conjugal, ser efetuada uma avaliação quanto às crenças relacionadas com a violência física e psicológica. Esta escala foi elaborada para a população portuguesa e é constituída por 25 itens que podem ser respondidos através de uma escala de *Likert* que varia de 1 (Discordo Totalmente) a 5 (Concordo Totalmente). A escala apresenta um valor de *alfa* de Cronbach de 0.93, tratando-se assim de uma escala com elevado grau de consistência interna.

Os 25 itens que compõem a escala podem ser divididos em quatro fatores (cf. Anexo 2). O fator 1 é denominado “legitimação e banalização da pequena violência” e é composto por 16 afirmações que integram um conjunto de crenças que desvalorizam a pequena violência (e.g., bofetadas, insultos), considerando-a normal e pouco grave. O fator 2 é referente à “legitimação da violência através da conduta da mulher”, sendo composto por 10 afirmações. No que concerne ao fator 3, este é denominado por “legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas”, onde a causa da violência provem de fatores externos, sendo composto por 8 afirmações. Por último, o fator 4 é constituído por

6 afirmações que legitimam a violência pelo apelo à privacidade das famílias, sendo assim designado “legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar”.

O Inventário de Violência Conjugal (IVC) também da autoria de Machado, Gonçalves e Matos (2015) e validado para a população portuguesa, tem como objetivo identificar a vitimização e/ou perpetração de comportamentos abusivos em relações conjugais. Este instrumento é constituído por 21 itens, que retratam comportamentos abusivos físicos (e.g., pontapés, bofetadas), comportamentos abusivos de cariz emocional (e.g., insultar ou difamar) e comportamentos de coerção/intimidade (e.g., impedir o contacto com outras pessoas, partir coisas para meter medo).

O IVC é dividido em duas partes, sendo que na parte A é solicitado aos/às participantes que refiram se no último ano tinham adotado algum dos comportamentos listados na sua relação afetiva, mas também se o/a seu/sua atual parceiro/a adotou esses comportamentos em relação a si. Caso a resposta a qualquer uma das 21 questões fosse afirmativa, era questionada a frequência. Na parte B, o procedimento é repetido, mas desta vez o/a participante devia ter em conta qualquer relação afetiva anterior. Por este motivo, caso não estivesse envolvido/a numa relação amorosa no momento da participação neste estudo, apenas respondia à parte B do inventário.

1.4. Procedimento

Este estudo obteve a aprovação da Comissão de Ética da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (ref.^a 2021/03-02b), respeitando todos os princípios e direitos dos/as participantes, incluindo a confidencialidade.

Dados os constrangimentos impostos pela situação pandémica do COVID-19, o questionário para a recolha de dados foi operacionalizado via *online* e inserido na plataforma *online* LimeSurvey – Inquéritos@UP. Com o objetivo de alcançar o maior número de participantes possível, o *link* de acesso ao questionário foi enviado por e-mail (via *mailing list*) pela Universidade do Porto.

Todos/as os/as participantes preencheram um consentimento informado (cf. Anexo 3) e foram alertados de que a recolha e o tratamento de dados se destinava única e exclusivamente para fins académicos de investigação científica, pelo que todas as informações recolhidas seriam tratadas com a máxima confidencialidade e garantia do anonimato das respostas. Poderiam ainda interromper o preenchimento do questionário em qualquer momento, se assim o desejassem.

Tendo em consideração a sensibilidade do tema abordado neste estudo, foram fornecidos contactos de diferentes instituições de apoio a vítimas (cf. Anexo 4) caso algum/a participante sentisse a necessidade de ajuda especializada para si ou para alguém conhecido.

Por fim, as informações recolhidas foram analisadas através do *software* IBM SPSS (v. 27, 2020). Uma análise *a priori* do poder da análise revelou que seria necessária uma amostra com pelo menos 102 observações para se alcançarem tamanhos de efeito grandes ($f=0.4$) no caso da realização de uma ANOVA inter-sujeitos e uma amostra com 42 participantes em cada grupo para o caso dos testes t para amostras independentes, para a detenção de tamanhos de efeito grandes ($d=0.85$). Esta análise *a priori* foi realizada com recurso ao software G*Power (Faul et al., 2007, 2009).

2. Resultados

De seguida, são apresentados os resultados provenientes da investigação realizada. A tabela 2 apresenta a média (*M*), desvio-padrão (*DP*), o tamanho da amostra (*n*) e o *alfa* de Cronbach da escala total e os seus respetivos fatores, tendo em conta as características sociodemográficas dos/as participantes.

Tabela 2 - Estatísticas descritivas (média e desvio-padrão) dos resultados do estudo e valores de consistência interna.

	Género		Orientação Sexual			Área de Formação		Alfa de Cronbach
	Feminino (<i>n</i> = 101)	Masculino (<i>n</i> =74)	Heterossexual (<i>n</i> =134)	Homossexual (<i>n</i> =9)	Bissexual (<i>n</i> =32)	Área com ligação às relações e comportamento humano (<i>n</i> =72)	Área sem ligação às relações e comportamento humano (<i>n</i> =103)	
	<i>M</i> (<i>DP</i>)	<i>M</i> (<i>DP</i>)	<i>M</i> (<i>DP</i>)	<i>M</i> (<i>DP</i>)	<i>M</i> (<i>DP</i>)	<i>M</i> (<i>DP</i>)	<i>M</i> (<i>DP</i>)	
Score Total ECVC	31.55 (4.90)	36.96 (10.23)	34.61 (8.52)	30.44 (5.15)	31.56 (5.91)	33.43 (8.58)	34.13 (7.70)	.89
Fator 1 ECVC	18.05 (2.71)	21.68 (6.56)	19.99 (5.44)	18 (2.06)	18.34 (3.47)	19.04 (4.97)	19.96 (5.10)	.88
Fator 2 ECVC	11.95 (2.36)	13.89 (4.95)	13.06 (4.03)	10.67 (1.12)	12.16 (2.97)	12.43 (3.65)	13.01 (3.90)	.82

Fator 3 ECVC	11.52 (2.98)	12.88 (3.93)	12.40 (3.52)	10.33 (2.35)	11.34 (3.30)	12.29 (3.86)	11.96 (3.18)	.74
Fator 4 ECVC	7.78 (1.63)	9.26 (3.10)	8.68 (2.65)	7.44 (1.59)	7.53 (1.39)	8.18 (2.69)	8.56 (2.30)	.75

2.1. Diferenças de gênero na legitimação da violência conjugal

Tabela 3 - Testes t para amostras independentes, tendo como variáveis dependentes o score total do ECVC, o fator 1, fator 2, fator 3 e fator 4 da ECVC e variável independente o gênero dos/as participantes.

		Teste de Levene para igualdade de variâncias		Teste-t para Igualdade de Médias					d de Cohen
		Z	Sig.	t	df	Sig. (2 extremidades)	Diferença média	Erro de diferença padrão	
ECVC	Variâncias iguais assumidas	24.905	<.001	-4.635	173	<.001	-5.40500	1.16615	-.71
	Variâncias iguais não assumidas			-4.204	97.568	<.001	-5.40500	1.28580	
Legitimação e banalização da pequena violência (ECVC)	Variâncias iguais assumidas	41.120	<.001	-5.007	173	<.001	-3.62617	.72419	-.77
	Variâncias iguais não assumidas			-4.484	91.431	<.001	-3.62617	.80863	
Legitimação da violência pela conduta da mulher (ECVC)	Variâncias iguais assumidas	22.419	<.001	-3.444	173	<.001	-1.94140	.56371	-.53
	Variâncias iguais não assumidas			-3.122	97.327	.002	-1.94140	.62185	
Legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas (ECVC)	Variâncias iguais assumidas	4.504	.042	-2.592	173	.010	-1.35363	.52224	-.40
	Variâncias iguais não assumidas			-2.485	130.484	.014	-1.35363	.54464	
Legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar (ECVC)	Variâncias iguais assumidas	15.033	<.001	-4.075	173	<.001	-1.47458	.36183	-.62
	Variâncias iguais não assumidas			-3.731	102.424	<.001	-1.47458	.39526	

Com o intuito de avaliar se existem diferenças estatisticamente significativas nos níveis médios de legitimação da violência conjugal, obtidos através do *score* total da ECVC, do fator 1, do fator 2, do fator 3 e do fator 4 entre sujeitos/as que se identificam com o gênero masculino e feminino foram realizados testes *t* para amostras independentes (Tabela 2).

Apesar de o teste de *Levene* reportar que não existe igualdade das variâncias das variáveis dependentes ($p < .001$), foi possível verificar que existem diferenças estatisticamente significativas nos níveis médios de legitimação da violência conjugal, $t(97.6) = -4.20$, $p < .001$, $d = .71$ sendo que os participantes que se identificam com o gênero masculino legitimam mais a violência conjugal ($M = 36.96$, $DP = 10.23$) do que as participantes que se identificam com o gênero feminino ($M = 31.55$, $DP = 4.90$).

Relativamente ao fator 1, verificou-se que existem diferenças estatisticamente significativas nos níveis médios de legitimação e banalização da pequena violência $t(91.4) = -4.48$, $p < .001$, $d = -.77$, sendo que os participantes que se identificam com o gênero masculino legitimam e banalizam mais a pequena violência ($M = 21.68$, $DP = 6.56$) do que as participantes que se identificam com o gênero feminino ($M = 18.05$, $DP = 2.71$).

No que respeita ao fator 2, é possível verificar que existem diferenças estatisticamente significativas nos níveis médios de legitimação da violência pela conduta da mulher, $t(97.3) = -3.12$, $p < .001$, $d = -.53$, sendo que os participantes que se identificam com o gênero masculino legitimam mais a violência conjugal pela conduta da mulher ($M = 13.89$, $DP = 4.95$) do que as participantes que se identificam com o gênero feminino ($M = 11.95$, $DP = 2.36$).

Quanto ao fator 3, verificou-se que existem diferenças estatisticamente significativas nos níveis médios de legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas, $t(130.5) = -2.49$, $p = .014$, $d = -.40$, sendo que os participantes que se identificam com o gênero masculino legitimam mais a violência pela sua atribuição a causas externas ($M = 12.88$, $DP = 3.93$) do que as participantes que se identificam com o gênero feminino ($M = 11.52$, $DP = 2.98$).

No que concerne ao fator 4, é possível verificar que existem diferenças estatisticamente significativas nos níveis médios de legitimação pela preservação da privacidade familiar, $t(102.4) = -3.73$, $p < .001$, $d = -.62$ sendo que os participantes que se identificam com o gênero masculino legitimam mais a violência conjugal pela preservação da privacidade familiar ($M = 9.26$, $DP = 3.10$) do que as participantes que se identificam com o gênero feminino ($M = 7.78$, $DP = 1.63$).

2.2. Orientação sexual e legitimação da violência conjugal

Tabela 4 - ANOVA inter-sujeitos, tendo como variáveis dependentes o *score* total do ECVC, o fator 1, fator 2, fator 3 e fator 4 da ECVC e variável independente a orientação sexual dos/as participantes.

		ANOVA					
		Soma dos Quadrados	df	Quadrado Médio	Z	Sig.	η^2
Score Total ECVC	Entre Grupos	349.602	2	174.801	2.747	.067	.03
	Nos Grupos	10945.918	172	63.639			
	Total	11295.520	174				
Fator 1 ECVC	Entre Grupos	93.360	2	46.680	1.849	.161	-
	Nos Grupos	4343.189	172	25.251			
	Total	4436.549	174				
Fator 2 ECVC	Entre Grupos	63.116	2	31.558	2.219	.112	-
	Nos grupos	2445.741	172	14.219			
	Total	2508.857	174				
Fator 3 ECVC	Entre Grupos	58.093	2	29.046	2.455	.089	.03
	Nos grupos	2035.256	172	11.833			
	Total	2093.349	174				
Fator 4 ECVC	Entre Grupos	42.802	2	21.401	3.618	.029	.03
	Nos Grupos	1017.392	172	5.915			
	Total	1060.194	174				

Com o intuito de avaliar se existem diferenças estatisticamente significativas nos níveis médios de legitimação da violência conjugal, obtidos através do *score* total da ECVC, tendo em conta a orientação sexual dos/as participantes, foram realizadas Anova inter-sujeitos (Tabela 3).

Relativamente ao *score* total da ECVC, a estatística de *Levene* revelou que existe homogeneidade das variâncias ($p = .176$). Deste modo, verificou-se que existe diferenças marginalmente significativas nos níveis médios de legitimação da violência conjugal, $F(2,174) = 2.75$, $p = .067$, $\eta^2 = .03$ que apontam no sentido de indivíduos/as heterossexuais ($M=34.61$, $DP=8.52$) legitimarem mais a violência conjugal do que indivíduos/as bissexuais ($M=31.56$, $DP=5.91$) e indivíduos/as homossexuais ($M=30.44$, $DP=5.91$).

No que diz respeito ao fator 1, a estatística de *Levene* revelou que existe homogeneidade das variâncias ($p = .058$). Verificou-se que não existem diferenças significativas nos níveis médios de legitimação e banalização da pequena violência, $F(2,174) = 1.85$, $p = .161$. Contudo, os/as indivíduos/as heterossexuais ($M=19.99$, $DP=5.44$) legitimam e banalizam mais a violência conjugal do que indivíduos/as bissexuais ($M=18.34$, $DP=3.47$) e indivíduos/as homossexuais ($M=18$, $DP=2.06$).

Quanto ao fator 2, a estatística de *Levene* revelou que existe homogeneidade das variâncias ($p = .064$). Assim, verificou-se que não existem diferenças significativas nos níveis médios de legitimação da violência conjugal pela conduta da mulher, $F(2,174) = 2.219$, $p = .112$, que apontam no sentido de indivíduos/as heterossexuais ($M=13.06$, $DP=4.03$) legitimarem mais a violência conjugal pela conduta da mulher do que indivíduos/as bissexuais ($M=12.16$, $DP=2.97$) e indivíduos/as homossexuais ($M=10.67$, $DP=1.12$).

No que concerne ao fator 3, a estatística de *Levene* revelou que existe homogeneidade das variâncias ($p = .430$). Verificou-se uma diferença marginalmente significativa nos níveis médios de legitimação da violência conjugal pela sua atribuição a causas externas, $F(2,174) = 2.455$, $p = .089$, $\eta^2=.03$, que apontam no sentido de indivíduos/as heterossexuais ($M=12.40$, $DP=3.52$) legitimarem mais a violência conjugal pela sua atribuição a causas externas do que indivíduos/as bissexuais ($M=11.34$, $DP=3.30$) e indivíduos/as homossexuais ($M=10.33$, $DP=2.35$).

Em relação ao fator 4, a estatística de *Levene* revelou que não existe homogeneidade das variâncias ($p = .029$). Contudo, verificou-se uma diferença significativa nos níveis médios de legitimação da violência conjugal pela preservação da privacidade familiar, $F(2,174) = 3.618$, $p = .029$, $\eta^2=.03$, que apontam no sentido de indivíduos heterossexuais ($M=8.68$, $DP=2.65$) legitimarem mais a violência conjugal pela preservação da privacidade familiar do que indivíduos/as bissexuais ($M=7.53$, $DP=1.39$), como é possível verificar na tabela 4, uma vez que foram realizados testes *post-hoc*, apresentados na tabela 5, para identificar quais os pares de grupos que se diferenciam entre si, em termos médios.

Tabela 5 - Teste *Post-hoc* tendo como variável dependente o fator 4 e variável independente a orientação sexual dos/as participantes.

Comparações múltiplas						
Variável dependente: LEGITIMAÇÃO_VIOLENÇA_PRESERVAÇÃO_PRIVACIDADE_FAMILIAR						
Tamhane						
(I) Orientação Sexual	(J) Orientação Sexual	Diferença média (I-J)	Erro Padrão	Sig.	Intervalo de Confiança 95%	
					Limite inferior	Limite superior
Heterossexual	Homossexual	1,23466	,57745	,157	-,3820	2,8513
	Bissexual	1,14785*	,33621	,003	,3302	1,9655
Homossexual	Heterossexual	-1,23466	,57745	,157	-2,8513	,3820
	Bissexual	-,08681	,58422	,998	-1,7124	1,5388
Bissexual	Heterossexual	-1,14785*	,33621	,003	-1,9655	-,3302
	Homossexual	,08681	,58422	,998	-1,5388	1,7124

*. A diferença média é significativa no nível 0.05.

2.3. Legitimação da violência conjugal e área de formação acadêmica

Tabela 6 - Testes *t* para amostras independentes, tendo como variáveis dependentes o score total do ECVC, o fator 1, fator 2, fator 3 e fator 4 da ECVC e variável independente a área de formação dos/as participantes.

		Teste de Levene para igualdade de variâncias				Teste <i>t</i> para Igualdade de Médias			<i>d</i> de Cohen
		<i>Z</i>	<i>Sig.</i>	<i>t</i>	<i>df</i>	<i>Sig. (2 extremidades)</i>	Diferença média	Erro de diferença padrão	
ECVC	Variâncias iguais assumidas	.039	.844	-.561	173	.576	-.69566	1.24014	-.09
	Variâncias iguais não assumidas			-.550	142.124	.583	-.69566	1.26413	
Fator 1 ECVC	Variâncias iguais assumidas	.866	.353	-1.187	173	.237	-.91950	.77477	-.18
	Variâncias iguais não assumidas			-1.192	155.409	.235	-.91950	.77118	
Fator 2 ECVC	Variâncias iguais assumidas	.746	.389	-.993	173	.322	-.57915	.58333	-1.53
	Variâncias iguais não assumidas			-1.004	158.981	.317	-.57915	.57656	
Fator 3 ECVC	Variâncias iguais assumidas	.752	.387	.619	173	.537	.33050	.53377	.10
	Variâncias iguais não assumidas			.598	133.508	.551	.33050	.55223	
Fator 4 ECVC	Variâncias iguais assumidas	.035	.851	-1.009	173	.314	-.38255	.37917	-.16
	Variâncias iguais não assumidas			-.982	137.447	.328	-.38255	.38963	

Com a finalidade de avaliar se existem diferenças estatisticamente significativas nos níveis médios de legitimação da violência conjugal, obtidos através do *score* total da ECVC, do fator 1, do fator 2, do fator 3 e do fator 4, entre sujeitos/as tendo em conta a área de formação dos/as participantes foram realizados testes *t* para amostras independentes (tabela 5).

Quanto ao *score* total da ECVC, o teste de *Levene* reporta que existe igualdade das variâncias ($p=.844$). Verificou-se que não existem diferenças estatisticamente significativas nos níveis médios de legitimação da violência conjugal, $t(173) = -.561$, $p=.576$, $d=-.09$,

indicando que a área de formação não se mostrou associada à aceitação da violência conjugal. Contudo, os/as participantes com área de formação sem ligação às relações e comportamento humano legitimam mais a violência conjugal ($M=34.13$, $DP=7.70$) do que os/as participantes com área de formação com ligação às relações e comportamento humano ($M= 33.43$, $DP=8.58$).

No fator 1, o teste de *Levene* reporta que existe igualdade das variâncias ($p=.353$). Deste modo, verificou-se que não existem diferenças estatisticamente significativas nos níveis médios de legitimação e banalização da pequena violência, $t(173) = -1.187$, $p=.237$, $d=-.18$. No entanto, os/as participantes com área de formação sem ligação às relações e comportamento humano legitimam e banalizam mais a pequena violência ($M=19.96$, $DP=5.10$) do que os/as participantes com área de formação com ligação às relações e comportamento humano ($M= 19.04$, $DP=4.97$).

Relativamente ao fator 2, o teste de *Levene* reporta que existe igualdade das variâncias ($p=.389$). Verificou-se que não existem diferenças estatisticamente significativas nos níveis médios de legitimação da violência pela conduta da mulher, $t(173) = -.993$, $p=.322$, $d=-.153$. Porém, os/as participantes com área de formação sem ligação às relações e comportamento humano legitimam mais a violência pela conduta da mulher ($M=13.01$, $DP=3.90$) do que os/as participantes com área de formação com ligação às relações e comportamento humano ($M= 12.43$, $DP=3.65$).

No que concerne ao fator 3, o teste de *Levene* reporta que existe igualdade das variâncias ($p=.387$). Verificou-se que não existem diferenças estatisticamente significativas nos níveis médios de legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas, $t(173) = .619$, $p = .537 >$, $d=.10$. Todavia, os/as participantes com área de formação com ligação às relações e comportamento humano legitimam mais a violência pela sua atribuição a causas externas ($M=12.29$, $DP=3.86$) do que os participantes com área de formação sem ligação às relações e comportamento humano ($M= 11.96$, $DP=3.18$).

Em relação ao fator 4, o teste de *Levene* reporta que existe igualdade das variâncias ($p=.851$). Verificou-se que não existem diferenças estatisticamente significativas nos níveis médios de legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar, $t(173)=-1.009$, $p=.314$, $d=-.16$, mas foi possível observar que os/as participantes com área de formação sem ligação às relações e comportamento humano legitimam mais a violência pela preservação da privacidade familiar ($M=8.56$, $DP=2.30$) do que os participantes com área de formação com ligação às relações e comportamento humano ($M= 8.18$, $DP=2.69$).

2.4. Análise do Inventário de Violência Conjugal

2.4.1 Parte A

O Inventário de Violência Conjugal (IVC) da autoria de Machado, Gonçalves e Matos (2015), é dividido em duas partes, sendo a parte A só referente a qualquer comportamento praticado ou recebido pelo/a parceiro/a numa relação durante o último ano. Por este motivo, 54 participantes apenas responderam à parte B do instrumento, uma vez que esta condição não se aplicava no momento em que integraram o estudo.

No que diz respeito à parte A, nomeadamente aos comportamentos praticados pelo/a parceiro/a, a análise foi realizada tendo em conta o género do participante, a orientação sexual e a área de formação em que se encontrava.

Como é possível verificar na tabela 2, as participantes do género feminino legitimam menos a violência conjugal do que os do género masculino. A análise do IVC revela que há 7 comportamentos de violência conjugal praticados pelo menos uma vez, no último ano, pelas participantes do género feminino e 12 comportamentos de violência conjugal praticados pelos participantes do género masculino. No entanto, para os dois géneros, os comportamentos mais perpetrados foram o de *insultar, difamar ou fazer afirmações graves para humilhar ou “ferir”* e *gritar ou ameaçar, para meter medo* (cf. Anexo 5 – gráfico 1). Relativamente aos comportamentos recebidos pelo/a parceiro/a, no último ano, a análise ao IVC demonstra que há 10 atitudes abusivas que as participantes do género feminino afirmam já ter sofrido, pelo menos uma vez e 11 que os participantes do género masculino já vivenciaram. Identicamente ao que se verifica nos comportamentos perpetrados, os comportamentos mais vitimizados foram o de *insultar, difamar ou fazer afirmações graves para humilhar ou “ferir”* e *gritar ou ameaçar, para meter medo* (cf. Anexo 5 – gráfico 2).

No que concerne à orientação sexual, na tabela 2, é possível verificar que os/as participantes heterossexuais legitimam mais a violência conjugal do que os/as participantes bissexuais e do que os/as participantes homossexuais. Assim, a análise do IVC demonstra que existem 14 comportamentos de violência conjugal praticados por participantes heterossexuais, 3 por participantes bissexuais e 2 cometidos por participantes homossexuais. Independentemente da orientação sexual dos/as participantes, os comportamentos abusivos mais perpetrados foram o de *insultar, difamar ou fazer afirmações graves para humilhar ou “ferir”* e *gritar ou ameaçar, para meter medo* (cf. Anexo 5 – gráfico 3). No entanto, há 14 comportamentos abusivos que os/as participantes heterossexuais já receberam pelo menos uma vez, 4 por participantes bissexuais e 3 que

participantes homossexuais já sofreram. De igual forma, os comportamentos mais sofridos pelos/as participantes, no último ano, independentemente da orientação sexual foram o de *insultar, difamar ou fazer afirmações graves para humilhar ou “ferir”* e *gritar ou ameaçar, para meter medo* (cf. Anexo 5 – gráfico 4).

Relativamente à área de formação, na tabela 2, é possível verificar que os/as estudantes com área de formação sem ligação às relações e comportamento humano legitimam mais violência conjugal do que os/as estudantes com área de formação com ligação às relações e ao comportamento humano. Porém, a análise do IVC indica que há 11 comportamentos abusivos praticados pelo menos uma vez por participantes com área de formação sem ligação às relações e ao comportamento humano e 12 por participantes com área de formação com ligação às relações e ao comportamento humano. Contudo, independentemente da área de formação ter ou não ligação às relações e ao comportamento humano, as atitudes mais praticadas ao/à parceiro, no último ano, foram o de *insultar, difamar ou fazer afirmações graves para humilhar ou “ferir”* e *gritar ou ameaçar, para meter medo* (cf. Anexo 5 – gráfico 5). No entanto, há 10 comportamentos abusivos que os/as participantes com área de formação sem ligação às relações e ao comportamento humano já receberam pelo menos uma vez e 13 que participantes com área de formação com ligação às relações e ao comportamento humano já sofreram. De igual forma os comportamentos mais sofridos pelos/as participantes, independentemente da área de formação foi o de *insultar, difamar ou fazer afirmações graves para humilhar ou “ferir”* e *gritar ou ameaçar, para meter medo* (cf. Anexo 5 – gráfico 10).

2.4.2. Parte B

Na parte B do IVC é repetido o procedimento da parte A, mas tendo em conta qualquer relação amorosa anterior.

Como é possível verificar na tabela 2, as participantes do género feminino legitimam menos a violência conjugal do que os do género masculino. Além disso, a análise do IVC revela que há 10 comportamentos de violência conjugal que já foram praticados, em qualquer relação amorosa, pelo menos uma vez pelas participantes do género feminino e 13 pelos participantes do género masculino. O comportamento mais perpetrado, nos dois géneros, foi o de *insultar, difamar ou fazer afirmações graves para humilhar ou “ferir”* (cf. Anexo 5 – gráfico 7). Relativamente aos comportamentos recebidos pelo/a parceiro/a, no último ano, a análise ao IVC demonstra que há 18 comportamentos abusivos que as participantes do género feminino afirmam já ter sofrido, pelo menos uma vez e 15 comportamentos abusivos que os participantes do género

masculino já vivenciaram. Identicamente ao que se verifica nos comportamentos perpetrados, o comportamento mais vitimizado foi o de *insultar, difamar ou fazer afirmações graves para humilhar ou “ferir”* (cf. Anexo 5 – gráfico 8).

No que diz respeito à orientação sexual, na tabela 2, é possível verificar que os/as participantes heterossexuais legitimam mais a violência conjugal do que os/as participantes bissexuais e do que os/as participantes homossexuais. Assim, a análise do IVC demonstra que existem 15 comportamentos de violência conjugal que já foram praticados, pelo menos uma vez, em qualquer relação amorosa, por participantes heterossexuais, 6 perpetrados por participantes bissexuais e 3 por participantes homossexuais. Independentemente da orientação sexual dos/as participantes, o comportamento abusivo mais perpetrado foi o de *insultar, difamar ou fazer afirmações graves para humilhar ou “ferir”* (cf. Anexo 5 – gráfico 9). No entanto, há 19 comportamentos abusivos que os/as participantes heterossexuais já receberam pelo menos uma vez, 9 que participantes bissexuais já foram vítimas e 3 que participantes homossexuais já sofreram. De igual forma, o comportamento mais sofrido pelos/as participantes, independentemente da orientação sexual foi o de *insultar, difamar ou fazer afirmações graves para humilhar ou “ferir”* (cf. Anexo 5 – gráfico 10).

Relativamente à área de formação, na tabela 2, é possível verificar que os/as estudantes com área de formação sem ligação às relações e comportamento humano legitimam mais violência conjugal do que os/as estudantes com área de formação com ligação às relações e ao comportamento humano. Porém, a análise do IVC indica que há 9 comportamentos abusivos praticados pelo menos uma vez, em qualquer relação amorosa, por participantes com área de formação sem ligação às relações e ao comportamento humano e 13 por participantes com área de formação com ligação às relações e ao comportamento humano. Contudo, independentemente da área de formação ter ou não ligação às relações e ao comportamento humano, o comportamento mais praticado ao/a parceiro/a, em qualquer relação amorosa, foi o de *insultar, difamar ou fazer afirmações graves para humilhar ou “ferir”* (cf. Anexo 5 – gráfico 11). Verificam-se 15 comportamentos abusivos que os/as participantes com área de formação sem ligação às relações e ao comportamento humano já receberam pelo menos uma vez e 17 que participantes com área de formação com ligação às relações e ao comportamento humano já sofreram. De igual forma o comportamento mais sofrido pelos/as participantes, independentemente da área de formação foi o de *insultar, difamar ou fazer afirmações graves para humilhar ou “ferir”* (cf. Anexo 5 – gráfico 10).

3. Discussão de Resultados

A presente investigação teve como objetivo geral conhecer e analisar as crenças dos/as estudantes universitários/as sobre a violência conjugal, dado ser um fenómeno com elevada prevalência nesta população (Nabors, Dietz, & Jasinski, 2006).

Um dos objetivos do estudo era perceber se existem diferenças de género no que respeita às crenças que legitimam a violência conjugal. No geral, os resultados revelaram que os/as estudantes universitários/as demonstram um baixo grau de tolerância/aceitação perante a violência conjugal. Contudo, é de notar que tanto para a escala total, como para os fatores da mesma, os estudantes do género masculino apresentaram níveis mais elevados de tolerância perante a violência conjugal do que as estudantes do género feminino, confirmando-se a H_1 e estes dados são congruentes com outras investigações (Bryant, & Spencer, 2003; Caron & Carter, 1997; Matos, Machado, Caridade, & Silva, 2006). Os aspetos associados ao género são enfatizados, uma vez que o sistema de estratificação coloca a mulher e o homem em posições, categorias e papéis sociais diferentes, e, conseqüentemente, a forma de perceber e de experienciar o amor também será desigual. A forma como o amor e a violência são ponderados prende-se na análise das diferenças de posicionamento dos indivíduos dentro da estrutura social, nomeadamente, no que diz respeito às diferenças de género e relações de poder (Anderson, 2005).

No que concerne à orientação sexual (H_2), os resultados revelaram que os/as participantes heterossexuais legitimam mais crenças de violência conjugal, verificando-se diferenças estatisticamente significativas entre estudantes heterossexuais e estudantes bissexuais relativamente ao fator 4, referente à legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar. No entanto, estes resultados devem ser analisados com cautela tendo em consideração que a amostra é constituída por 134 estudantes heterossexuais, 32 bissexuais e apenas 9 estudantes homossexuais, sendo a dimensão amostral uma limitação deste estudo. Apesar desta limitação, achou-se pertinente incluir esta análise, visto que são escassos os estudos que incluem relações homossexuais e bissexuais. Maioritariamente, as narrativas populares abordam o casal heterossexual monogâmico como único produtor de felicidade duradoura, defendendo que o amor do homem é que torna uma mulher completa (Langford, 1999), desvalorizando as histórias vivenciadas por casais homossexuais (Westlund, 1999; Wood, 2001). Neste sentido, estudos futuros devem procurar replicar esta análise com grupos equivalentes no que respeita ao número de participantes.

Tendo em conta a área de formação (H₃), os/as estudantes integrados/as em áreas de formação com ligação às relações e comportamento humano relataram níveis inferiores de legitimação da violência conjugal, sendo estes dados congruentes com estudos já existentes, que revelam que receber informação específica sobre o tema influencia as crenças e atitudes de estudantes (e.g., Perez, Fiol, Palmer, Espinosa, & Guzmán, 2006; Pérez, Fiol, Palmer, & Guzmán, 2006).

Estes resultados poderão, eventualmente, ser explicados devido à temática da violência estar presente nos planos curriculares dos/as estudantes das áreas de ciências sociais e comportamento, direito e saúde, e existirem momentos de contacto com vítimas de violência conjugal (e.g., estágios). Contudo, estudantes com área de formação sem ligação às relações e comportamento humano (e.g., engenharia, ciências empresariais) por não contactarem com a temática da violência doméstica no seu quotidiano laboral poderão não estar tão alerta para determinadas questões. Deste modo, é possível considerar que as crenças dos/as estudantes universitários/as relativamente à violência conjugal são influenciadas pela informação adquirida sobre a mesma (Mendes & Cláudio, 2010).

Relativamente ao fator 3, que diz respeito à legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas (e.g., alcoolismo, desemprego), os/as estudantes com área de formação com ligação às relações e ao comportamento humano apresentaram níveis mais elevados de tolerância, quando a violência é originada por fatores externos do que os/as estudantes com área de formação sem ligação às relações e ao comportamento humano. Este resultado pode eventualmente ser explicado pelo facto de os/as estudantes com área de formação com ligação às relações e comportamento humano terem em consideração que o ser humano é o produto da influência de fatores externos.

Os dados recolhidos do IVC, independentemente de ser relativo a uma relação que tenha ocorrido no último ano ou de ser referente a qualquer outra relação que o/a participante tenha tido, o comportamento mais perpetrado e mais sofrido foi o de *insultar, difamar ou fazer afirmações graves para humilhar ou “ferir”*, independentemente do género do/a participante, da sua orientação sexual e da sua área de formação. Estes resultados encontram-se em conformidade com os estudos realizados por Machado, Macieira e Carreiras (2010) e Paiva e Figueiredo (2004). Assim sendo, é de salientar que frequentemente o abuso psicológico antecede a ocorrência da violência física (Straus & Sweet, 1992). A maior prevalência de um comportamento de menor violência pode dever-se ao facto de os/as participantes o considerarem como “normal” de tão comum que é, não se verificando tanta reprovação social do mesmo (Machado, Macieira & Carreiras, 2010).

Contudo, deve ser feita uma reflexão sobre a banalização de atos abusivos, uma vez que pode levar a que quem agride desvalorize a necessidade de mudança comportamental, bem como poderá facilitar a desvalorização das próprias vítimas, dificultando o reconhecimento de pedidos de ajuda (Arnold, Gelaye, Goshu, Berhane & Williams, 2008; Barroso, 2007).

Wood (2001), num estudo com mulheres vítimas, identifica duas narrativas românticas: o conto de fadas em que o príncipe encantado corteja a princesa e faz dela o centro do seu mundo, podendo esta narrativa sustentar crenças que legitimam a violência, tais como a ideia que as mulheres podem controlar ou parar a violência se mudarem o seu comportamento, de maneira a aproximarem-se do estereótipo de mulher ideal e ainda que os seus parceiros não são realmente eles próprios quando são violentos. Outra narrativa encontrada pelo autor é o romance negro, onde o homem é retratado como naturalmente controlador e as relações são descritas como dolorosas para a mulher, onde o seu sofrimento é naturalizado. Estas histórias prototípicas sustentam a violência perpetrada pelo homem e a tolerância da mulher, contribuindo assim, para que as mulheres achem as relações violentas como toleráveis ou preferíveis a não ter qualquer relação. Towns e Adams (2000) corroboram esta premissa, através de um estudo realizado, identificando construções culturalmente enraizadas, onde o amor é visto como forma de alcançar a felicidade, sendo a mulher dotada de um poder para transformar o marido violento, contribuindo significativamente para o silêncio das vítimas. Borochowitz e Eisikovits (2002) concluem que, frequentemente existe uma narrativa marital conjunta, que permite ao casal dar um enquadramento emocional positivo à violência. A violência é assim percecionada como uma expressão de amor, que pode ser inadequada, mas sem intenção negativa e que tenderá a desaparecer com a maturação do parceiro e sua compreensão dos danos causados. Ou então, o casal procede a uma completa separação entre amor e violência, preservando uma narrativa de tonalidade positiva e menosprezando e minimizando os episódios violentos. Concluindo, as taxas de perpretação e vitimização da violência poderão não variar consoante o género, não devendo a violência nas relações de intimidade ser percecionada como um problema de género, mas como um problema humano. Dias e Machado (2011) sugerem a possibilidade de entender a violência como um comportamento “adaptativo” que é levado ao extremo com o intuito de preservar a relação, portanto, o/a agressor/a utiliza-a para “amar” mais intensamente. No que concerne ao ciúme, muitas vezes, este é percecionado como prova de amor e a sua ausência como falta dele. Esta interpretação não se encontra associada ao género, uma vez que tanto mulheres como homens utilizam o ciúme como estratégia de proteção da sua relação de terceiros

(Dias & Machado, 2011). Contudo, não deve ser descurado que os efeitos da vitimização são experienciados de maneira diferente, tendo em conta as oportunidades e constrangimentos estruturais que estes grupos enfrentam, devido a se encontrarem numa sociedade vincada pela desigualdade de género (Anderson, 2005).

4. Conclusão

O presente estudo teve como objetivo principal analisar as crenças dos/as estudantes universitários/as relacionadas com violência conjugal e relacionar a sua legitimação com a perpetração e/ou vitimização de comportamentos abusivos. Deste modo, foi possível clarificar que a violência das relações íntimas dos/as estudantes universitários/as é um problema social preocupante, que se inicia precocemente e não ocorre somente em relações maritais.

Apesar de os/as participantes apresentarem níveis baixos de tolerância/aceitação à violência conjugal, estes não invalidaram a frequência de comportamentos abusivos. Por este motivo, é de realçar que as crenças podem estar intimamente ligadas aos comportamentos, alertando assim para a necessidade de trabalhar na mudança, desenvolvendo planos de formação e de sensibilização.

Uma vez concluída a investigação, torna-se pertinente refletir sobre algumas limitações. A primeira remete para a desejabilidade social, uma vez que os instrumentos utilizados são de auto relato e dada a sensibilidade do tema, apesar das respostas serem anónimas, os/as participantes podem ter respondido tendo em conta o que seria esperado socialmente e não o que realmente fizeram e/ou sofreram ou no que acreditam. Seria também relevante alargar o estudo a outras universidades, uma vez que este estudo apenas foi aplicado a estudantes da Universidade do Porto e ficou dependente da receptividade dos/as estudantes, influenciando a dimensão amostral. Deste modo, seria interessante alargar a área geográfica para obter uma maior representatividade, de forma a englobar o território nacional. Seria uma mais valia, futuramente, investigar estas questões tendo em conta orientações sexuais para lá da heterossexualidade, uma vez que relações que não sejam consideradas dominantes na sociedade, ainda são ignoradas.

Por outro lado, as questões relacionadas com o contexto em que o comportamento violento ocorre, com vista a uma análise dos motivos que levaram os/as participantes a perpetrarem determinados comportamentos ou que levaram a desculpar certas atitudes por

parte do/a parceiro/a, poderá ser beneficiado com um novo estudo contendo uma recolha de informação mais qualitativa.

Apesar das limitações encontradas, este estudo contribuiu para aprofundar os conhecimentos relacionados com os/as estudantes da Universidade do Porto. Por isso, seria relevante pensar em planos de sensibilização e/ou incluir temáticas relacionadas com o fenómeno no plano curricular dos/as estudantes, visto que as crenças se desenvolvem através dos processos de socialização e o combate à problemática da violência deve passar por uma revalidação de valores que são socialmente transmitidos, mostrando que os conflitos podem acontecer, mas que devem ser geridos e solucionados de maneira adaptativa e saudável. Torna-se fundamental intervir desde cedo para evitar que a violência aumente ao longo do tempo, sensibilizando não só as vítimas, como também os/as agressores/as, insistindo no dismantelamento de estereótipos culturais que ainda existem por influência da sociedade patriarcal que se diz moderna e livre de preconceitos.

Referências Bibliográficas

- Allison, C. J., Bartholomew, K., Mayseless, O., & Dutton, D. G. (2008). Love as a battlefield: Attachment and relationship dynamic in couples identified for male partner violence. *Journal of Family Issues*, 29, 125-150.
- Anderson, K. L. (2005). Theorizing gender in intimate partner violence research. *Sex roles*, 52(11), 853-865. <https://doi.org/10.1007/s11199-005-4204-x>.
- Anderson, K. L., & Umberson, D. (2001). Gendering Violence: Masculinity and Power in Men's Accounts of Domestic Violence. *Gender & Society*, 15(3), 358-380. <https://doi.org/10.1177/089124301015003003>.
- Anderson, S. A., & Schlossberg, M. C. (1999). Systems perspectives on battering: the importance of context and pattern. In M. Harway & J. M. O'neil (Eds.), *What causes men's violence against women?* (pp. 137-152). Thousand Oaks: Sage.
- Antunes, J. & Machado, C. (2012). Violência nas relações íntimas ocasionais de uma amostra estudantil. *Análise Psicológica*, 30(1-2), 93-107. <https://doi.org/10.14417/ap.535>.
- Archer, J. (2000). Sex differences in aggression between heterosexual partners: a meta-analytic review. *Psychological bulletin*, 126(5), 651-680.
- Arnold, D., Gelaye, B., Goshu, M., Berhane, Y., e Williams, M. A. (2008). Prevalence and risk factors of gender-based violence among female College students in Awassa, Ethiopia. *Violence and Victims*, 23, 787-800.
- Babcock, J. C., Waltz, J., Jacobson, N. S., & Gottman, J. M. (1993). Power and violence: The relation between communication patterns, power discrepancies, and domestic violence. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 61(1), 40-50. <https://doi.org/10.1037/0022-006X.61.1.40>.
- Barroso, Z. (2007). Violência nas relações amorosas. *Lisboa, Edições Colibri*, 56-126.
- Belsky, J. (1993). Etiology of child maltreatment: A developmental ecological analysis. *Psychological Bulletin*, 114(3), 413-434.
- Black, B. M., Tolman, R. M., Callahan, M., Saunders, D. G., & Weisz, A. N. (2008). When Will Adolescents Tell Someone About Dating Violence Victimization? *Violence Against Women*, 14(7), 741-758. <https://doi.org/10.1177/1077801208320248>.

- Bookwala, J. (2002). The Role of Own and Perceived Partner Attachment in Relationship Aggression. *Journal of Interpersonal Violence*, 17(1), 84-100. <https://doi.org/10.1177/0886260502017001006>.
- Borochowitz, D. Y. (2008). The Taming of the Shrew: Batterers 'Constructions of Their Wives' Narratives. *Violence Against Women*, 14(10), 1166-1180. <https://doi.org/10.1177/1077801208323761>.
- Borochowitz, D. Y., & Eisikovits, Z. (2002). To Love Violently: Strategies for Reconciling Love and Violence. *Violence Against Women*, 8(4), 476-494. <https://doi.org/10.1177/10778010222183170>.
- Brandão, T., Saraiva, L., & Matos, P. M. (2012). O prolongamento da transição para a idade adulta e o conceito de adultez emergente: Especificidades do contexto português e brasileiro. *Análise Psicológica*, 30(3), 301- 313.
- Brown, S. (1998). *Understanding youth and crime: Listening to youth?* Buckingham: Open University Press.
- Brownridge, D. A. (2006). Violence against women post-separation. *Aggression and Violent Behavior*, 11, 514-530. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2006.01.009>.
- Bryant, S. A., & Spencer, G. A. (2003). University students' attitudes about attributing blame in domestic violence. *Journal of Family Violence*, 18(6), 369-376. <https://doi.org/10.1023/A:1026205817132>.
- Caridade, S. & Machado, C. (2006). Violência na intimidade juvenil: Da vitimação à perpetração. *Análise Psicológica*, 24(4), 485-493. <http://hdl.handle.net/10284/8027>.
- Carlson, B. E. (2005). The most important things learned about violence and trauma in the past 20 years. *Journal of Interpersonal Violence*, 20(1), 119-126. <https://doi.org/10.1177/0886260504268603>.
- Caron, S. L., & Carter, D. B. (1997). The Relationships among Sex Role Orientation, Egalitarianism, Attitudes toward Sexuality, and Attitudes toward Violence Against Women. *The Journal of Social Psychology*, 137 (5), 568-587. <https://doi.org/10.1080/00224549709595479>.
- Chrichton-Hill, Y. (2001). Challenging ethnocentric explanations of domestic violence: Let us decide, then value our decisions – a Samoan response. *Trauma, Violence, & Abuse*, 2(3), 203-214. <https://doi.org/10.1177/1524838001002003001>.
- Chung, D. (2005). Violence, control, romance and gender equality: Young women and heterosexual relationships. *Women's Studies Internacional Forum*, 28, 445-455. <https://doi.org/10.1016/j.wsif.2005.09.005>.

- Cotrim, D. (2020). Daniel Cotrim. In P. J. Pereira, *Murro no Estômago* (pp. 32-47). Amadora: Influência.
- Crenshaw, K. (1994). Mapping the margins: intersectionality, identity, politics, and violence against women of color. In M. Fineman & R. Mykitiuk (Eds.), *The public nature of private violence* (pp. 93-118). New York: Routledge.
- Dantier, A. (2020). Aurora Dantier. In P. J. Pereira, *Murro no Estômago* (pp. 64-70). Amadora: Influência.
- Dasgupta, S. D. (1998). Women's realities. Defining violence against women by immigration, race, and class. In R. K. Bergen (Ed.), *Issue in intimate violence* (pp. 209-219). Thousand Oaks: Sage.
- Dell, P. F. (1989). Violence and the systemic view: The problem of power. *Family Process*, 28, 1-10.
- De Welde, K. (2003). Getting Physical: Subverting Gender through Self-Defense. *Journal of Contemporary Ethnography*, 32(3), 247-278. <https://doi.org/10.1177/0891241603032003001>.
- Dias, A., & Machado, C. (2008). Gênero e violência conjugal: Uma relação cultural. *Análise Psicológica*, 26(4), 571-586. Disponível em: <https://doi.org/10.14417/ap.516>.
- Dias, A. R. C. & Machado, C. (2011). Amor e Violência na Intimidade: Da Essência à Construção Social. *Psicologia & Sociedade*, 23(3), 496-505.
- Dias, I. (2003). Amor e violência entre sexos (Noites de Sociologia XIII). *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 13. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10216/8770>.
- Dobash, R. E., & Dobash, R. P. (1998). Violent men and violent contexts. In R. E. Dobash, & R. P. Dobash (Eds.), *Rethinking violence against women* (pp. 141-168). SAGE Publications, Inc. <https://doi.org/10.4135/9781452243306.n6>.
- Eisikovits, Z., Buchbinder, E., & Mor, M. (1998). "What It Was Won't Be Anymore": Reaching the Turning Point in Coping With Intimate Violence. *Affilia*, 13(4), 411-434. <https://doi.org/10.1177/088610999801300403>.
- Erikson, E. H. (1968). Identity: Youth in crisis. New York: Norton.
- Fagot, B. I., Hagan, R., Leinbach, M. D., & Kronsberg, S. (1985). Differential Reactions to Assertive and Communicative Acts of Toddler Boys and Girls. *Child Development*, 56(6), 1499-1505.

- Faro, P. & Sani, A. I. (2014). Representações das Vítimas de Violência Doméstica sobre o Sistema de Justiça Criminal In M. Paulino & F. Almeida (Coord.), *Psicologia, Justiça & Ciências Forenses. Perspetivas Atuais* (pp. 117-133). Lisboa: Pactor – Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação.
- Fasick, F. A. (1994). On the “Invention” of Adolescence. *The Journal of Early Adolescence*, 14(1), 6-23. <https://doi.org/10.1177/0272431694014001002>.
- Faul, F., Erdfelder, E., Lang, A.-G., & Buchner, A. (2007). G*Power 3: A flexible statistical power analysis program for the social, behavioral, and biomedical sciences. *Behavior Research Methods*, 39(2), 175–191. <https://doi.org/10.3758/BF03193146>.
- Faul, F., Erdfelder, E., Buchner, A., & Lang, A.-G. (2009). Statistical power analyses using G*Power 3.1: Tests for correlation and regression analyses. *Behavior Research Methods*, 41(4), 1149–1160. <https://doi.org/10.3758/BRM.41.4.1149>.
- Fraser, H. (2003). Narrating love and abuse in intimate relationships. *British Journal of Social Work*, 33, 273-290. <https://doi.org/10.1093/bjsw/33.3.273>.
- Furman, W., & Wehner, E. A. (1997). Adolescent romantic relationships: A developmental perspective. *New directions for child and adolescent development*, 78, 21-36.
- Garbarino, J. (1993). Childhood: what do we need to know? *Childhood*, 1, 3-10. <https://doi.org/10.1177/090756829300100102>.
- Gelles, R. J. & Straus, M. (1979). Determinants of violence in family: toward a theoretical integration, in Wesley R. Burr et al., *Contemporary theories about the family* (pp. 549-481). New York, The Free Press.
- Goldner, V. (1998). The treatment of violence and victimization in intimate relationships. *Family Process*, 37, 263-286. <https://doi.org/10.1111/j.1545-5300.1998.00263.x>.
- Grandin, E., & Lupri, E. (1997). Intimate violence in Canada and the United States: a cross-national comparison. *Journal of Family Violence*, 12, 417-443. <https://doi.org/10.1023/A:1021935610051>.
- Greenspun, W. (2000). Embracing the controversy: a metasystemic approach to the treatment of domestic violence. In P. Papp (Ed.), *Couples on the fault line* (pp. 154-177). New York: The Guilford Press.
- Hatfield, E. & Rapson, B. L. (2005). *Love and sex: Cross cultural perspectives*. Oxford: University Press of America, Inc.
- Hearn, J. (1996). Men’s violence to know women: historical, everyday and theoretical constructions by men. In B. Facwett, B. Featherstone, J. Hearn, & C. Toft (Eds.),

- Violence and gender relations: theories and interventions* (pp. 22-37). Thousand Oaks: Sage.
- IBM Corp. Released 2020. IBM SPSS Statistics for Windows, Version 27.0. Armonk, NY: IBM Corp.
- Jamieson, L. (1998) *Intimacy, Personal Relationships in Modern Societies*, Cambridge, Polity Press.
- Kasturirangan, A., Krishnan, S., & Riger, S. (2004). The impact of culture and minority status on women's experience of domestic violence. *Trauma, Violence, & Abuse*, 5(4), 318-332. <https://doi.org/10.1177/1524838004269487>.
- Langford, W. (1999) *Revolutions of the Heart, Gender, Power and the Delusions of Love*, London and New York, Routledge.
- Levinson, D. (1989). *Family violence in cross-cultural perspective*. Newbury Park: Sage.
- Lewis, S. F., & Fremouw, W. (2001). Dating violence: A critical review of the literature. *Clinical psychology review*, 21(1), 105-127. [https://doi.org/10.1016/S0272-7358\(99\)00042-2](https://doi.org/10.1016/S0272-7358(99)00042-2).
- Lieberman, D. & Hatfield, H. (2006). Passionate love: Cross-cultural and evolutionary. In R. J. Sternberg & K. Weis (Eds.), *The new psychology of love* (pp. 274-297). London: Yale University Press.
- Lisboa, M., Barroso, Z., & Marteleira, J. (2003). O contexto social da violência contra as mulheres detetada nos Institutos de Medicina Legal. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- Machado, C., Caridade, S., & Martins, C. (2009). Violence in juvenile dating relationships: Self-reported prevalence and attitudes in a Portuguese sample. *Journal of Family Violence*, 25, 43-52.
- Machado, C. & Dias, A. R. (2010). Abordagens culturais à vitimação: O caso da violência conjugal In C. Machado, C. (Coord.), *Vitimologia: Das novas abordagens teóricas às novas práticas de intervenção*. (pp. 15-44) Braga: Psiquilibrios Edições.
- Machado, C., Gonçalves, M., & Matos, M. (2015). *Manual da Escala de Crenças sobre Violência Conjugal (E.C.V.C) e Inventário de Violência Conjugal (I.V.C.)*. 3ª Edição. Braga: Psiquilibrios Edições.
- Machado, L. M. G. D. S. (2010). *Crenças e representações sociais dos adolescentes sobre a violência interpessoal*. Dissertação de Mestrado. Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal. <http://hdl.handle.net/10284/1567>.

- Machado, T., Macieira, I., & Carreiras, M. (2010). Violência nas relações de namoro: Influência de crenças e área de formação. *Revista Psicologia, Educação e Cultura*, XIV, 2, 355-399.
- Malley-Morrison, K. (Ed.) (2004). *International perspectives on family violence and abuse. A cognitive ecological approach*. Mahwah: Laurence Erlbaum Associates.
- Margolin, G., Sibner, L. G., & Gleberman, L. (1988). Wife battering. In V. B. Van Hasselt, A. S. Bellack, R. L. Morrison, & M. Hersen (Eds.), *Handbook of marital violence* (pp. 89-118). New York : Plenum.
- Marin, A. J., & Russo, N. F. (1999). Feminist perspectives on male violence against women: critiquing O'Neil and Harway's model. In M. Harway & J. M. O'Neil (Eds.), *What causes men's violence against women?* (pp. 18-35). Thousand Oaks: Sage.
- Markowitz, F. E. (2001). Attitudes and family violence: Linking intergenerational and cultural theories. *Journal of family violence*, 16(2), 205-218. <https://doi.org/10.1023/A:1011115104282>.
- Matos, M., Machado, C., Caridade, S., & Silva, M. (2006). Prevenção da violência nas relações de namoro: Intervenção com jovens em contexto escolar. *Psicologia: Teoria e Prática*, 8 (1), 55-75.
- McConaghy, J. S., & Cottone, R. R. (1998). The systemic view of violence: An ethical perspective. *Family Process*, 37, 51-63. <https://doi.org/10.1111/j.1545-5300.1998.00051.x>.
- Mendes, E. R. B., & Cláudio, V. (2010). Crenças e atitudes dos estudantes de enfermagem, engenharia e psicologia acerca da violência doméstica. *VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia*, 3219-3230.
- Michalski, J. H. (2004). Making sociological sense out of trends in intimate partner violence: The social structure of violence against women. *Violence Against Women*, 10, 652-675. <https://doi.org/10.1177/1077801204265018>.
- Miller, B. C., & Benson, B. (1999). *Romantic and sexual relationship development during adolescence*. New York: Cambridge University Press.
- Munck, B. (2004). Free Choice, Modern Love, and Dependence: Marriage of Minors and Rapt De Séduction in the Austrian Netherlands. *Journal of Family History*, 29(2), 183-205. <https://doi.org/10.1177/0363199004264901>.
- Nabors, E., Dietz, T., & Jasinski, J. (2006). Domestic violence beliefs and perceptions among college students. *Violence and Victims*, 21(6), 779-795.

- Paiva, C. A., e Figueiredo, B. (2004). Abuso no relacionamento íntimo: estudo de prevalência em jovens adultos portugueses. *Psychologica*, 36, 75-107. <http://hdl.handle.net/1822/4211>.
- Paul, E. L., & White, K. M. (1990). The development of intimate relationships in late adolescence. *Adolescence*, 25(98), 375-400.
- Pereira, P. J. (2020). *Murro no Estômago*. Amadora: Influência.
- Pérez, V., Fiol, E., Palmer, M., Espinosa, G., & Guzmán, C. (2006). La violencia contra las mujeres en la pareja: Creencias y actitudes en estudiantes universitarios/as. *Psicothema*, 18 (3), 359-366.
- Pérez, V., Fiol, E., Palmer, M., & Guzmán, C. (2006). Las creencias y actitudes sobre la violencia contra las mujeres en la pareja: Determinantes sociodemográficos, familiares y formativos. *Anales de psicología*, 22 (002), 251-259.
- Risman, B. (1998). *Gender vertigo: American families in transition*. London: Yale University Press.
- Saltzman, L. E., Fanslow, J. L., McMahon, P. M., Shelley, G. A. (2002). *Intimate partner violence surveillance: uniform definitions and recommended data elements*, version 1.0. Atlanta (GA): Centers for Disease Control and Prevention, National Center for Injury Prevention and Control.
- Smith, D. M., & Donnelly, J. (2000). Adolescent dating violence: A multi-systemic approach of enhancing awareness in educators, parents, and society. *Journal of Prevention & Intervention in the Community*, 21(1), 53-64. https://doi.org/10.1300/J005v21n01_04.
- Stith, S. M., Smith, D. B., Penn, C. E., Ward, D. B., & Tritt, D. (2004). Intimate partner physical abuse perpetration and victimization risk factors: A meta-analytic review. *Aggression and Violent Behavior*, 10, 65-98. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2003.09.001>.
- Straus, M. A. (2004). Prevalence of Violence Against Dating Partners by Male and Female University Students Worldwide. *Violence Against Women*, 10(7), 790–811. <https://doi.org/10.1177/1077801204265552>.
- Straus, M., & Sweet, S. (1992). Verbal/Symbolic Aggression in Couples: Incidence Rates and Relationships to Personal Characteristics. *Journal of Marriage and Family*, 54(2), 346-357.
- Torres, A. C. (2001). *Sociologia do casamento: A família e a questão feminina*. Oeiras: Celta Editora.

- Totten, M. (2003). Girlfriend Abuse as a Form of Masculinity Construction among Violent, Marginal Male Youth. *Men and Masculinities*, 6(1), 70–92. <https://doi.org/10.1177/1097184X03253138>.
- Towns, A., & Adams, P. (2000). “If I Really Loved Him Enough, He Would Be Okay”. Women’s Accounts of Male Partner Violence. *Violence Against Women*, 6(6), 558-585. <https://doi.org/10.1177/10778010022182038>.
- Vandello, J. A. & Cohen, D. (2003). Male honor and female fidelity: Implicit cultural scripts that perpetuate domestic violence. *Journal of Personality and Social Psychology*, 84(5), 997-1010.
- Ventura, M., Ferreira, M., & Magalhães, M. (2013). Violência nas relações de intimidade: crenças e atitudes de estudantes do ensino secundário. *Revista de Enfermagem Referência*, (11), 95-103.
- Vignoles, V. L., Schwartz, S. J., & Luyckx, K. (2011). Introduction: Toward an integrative view of identity. In S. J. Schwartz, K. Luyckx, & V. L. Vignoles (Series Eds.), *Handbook of identity theory and research* (pp. 1-27). New York: Springer.
- Wekerle, C., & Wolfe, D. A. (1999). Dating violence in mid-adolescence: Theory, significance, and emerging prevention initiatives. *Clinical Psychology Review*, 19(4), 435-456. [https://doi.org/10.1016/S0272-7358\(98\)00091-9](https://doi.org/10.1016/S0272-7358(98)00091-9).
- West, C., & Zimmerman, D. H. (1987). Doing Gender. *Gender & Society*, 1(2), 125-151. <https://doi.org/10.1177/0891243287001002002>.
- Westlund, A. C. (1999). Pre-modern and modern power: Foucault and the case of domestic violence. *Signs: Journal of women in culture and society*, 24(4), 1045-1066. <https://doi.org/10.1086/495402>
- Wolfgang, M. E. & Ferracuti, F. (1967). *The subculture of violence: toward na integrated theory of criminology*. London: Travistock.
- Wood, J. T. (2001). The Normalization of Violence in Heterosexual Romantic Relationships: Women’s Narratives of Love and Violence. *Journal of Social and Personal Relationships*, 18(2), 239–261. <https://doi.org/10.1177/0265407501182005>.
- Yllo, K. (2005). Through a feminist lens. Gender, diversity, and violence: extending the feminist framework. In D. Loseke, R. Gelles, & M. Cavanaugh (Eds.), *Current controversies on family violence* (pp. 13-34). Thousand Oaks: Sage.

Anexos

Anexo 1 - Questionário Sociodemográfico

1. Estado Civil:

- ☐ Solteiro(a)
- ☐ Casado(a)/União de Facto
- ☐ Divorciado(a)/Separado(a)
- ☐ Viúvo(a)
- ☐ Outra opção: _____

2. Género:

- ☐ Feminino
- ☐ Masculino
- ☐ Outra opção: _____

3. Orientação Sexual:

- ☐ Assexual
- ☐ Bissexual
- ☐ Heterossexual
- ☐ Homossexual
- ☐ Pansexual
- ☐ Outra opção: _____

4. Idade

5. Curso a frequentar (por exemplo: enfermagem, gestão, psicologia, ...)

6. Grau académico a frequentar:

- Licenciatura
- Mestrado ou Mestrado Integrado
- Doutoramento
- Pós-graduação
- Outra opção: _____

Anexo 2 – Fatores da Escala de Crenças sobre Violência Conjugal

Fator	Denominação	Item	Total de Itens
F1	“Legitimação e banalização da pequena violência”	2; 9; 12; 13; 14; 15; 16; 17; 18; 19; 20; 21; 22; 23; 24; 25	16
F2	“Legitimação da violência pela conduta da mulher”	5; 7; 8; 9; 10; 11; 12; 13; 14; 23	10
F3	“Legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas”	2; 3; 4; 5; 6; 7; 8; 10	8
F4	“Legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar”	1; 7; 8; 9; 15; 17	6

CONSENTIMENTO INFORMADO

O trabalho de investigação abordado enquadra-se num estudo no âmbito do Mestrado Integrado em Psicologia, da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, sob orientação do Professor Doutor António Abel Pires (apires@fpce.up.pt).

Este projeto de investigação intitula-se “Crenças, Representações Sociais e Significados da Violência no Namoro em Estudantes Universitários/as” pretendendo contribuir, em termos empíricos para o aprofundamento do conhecimento relacionado com a violência na intimidade.

Deste modo, os instrumentos que pretendo administrar com vista à obtenção dos dados necessários são:

□ *Escala de Crenças sobre Violência Conjugal*, instrumento composto por um conjunto de afirmações em relação a situações de maus tratos e conflitos dentro do casamento (ou relações maritais), tendo como objetivo avaliar a sua forma de pensar e sentir, com a duração aproximada de 10 minutos.

□ *Inventário de Violência Conjugal*, instrumento composto por um conjunto de afirmações em relação a comportamentos que podem ocorrer entre os membros de um casal (ou de uma relação amorosa), tendo uma duração aproximada de 15 minutos.

Para cada um dos instrumentos, não há respostas certas ou erradas, pelo que é solicitado que as respostas sejam de acordo com a sua forma de pensar, sentir e de acordo com a sua experiência pessoal e não como pensa que deveria ser.

A recolha e tratamento dos dados destina-se única e exclusivamente a fins académicos de investigação científica, para elaboração da Dissertação de Mestrado. Todos os dados fornecidos serão tratados com a máxima confidencialidade e as respostas serão absolutamente anónimas.

Caso seja do seu interesse poderei, posteriormente, partilhar o trabalho que irei desenvolver com os dados recolhidos. Em qualquer momento, poderá interromper o processo, se assim desejar.

Para mais esclarecimentos, dúvidas, qualquer sugestão ou comentário, poderá contactar-me através do e-mail: up201506991@edu.fpce.up.pt

☐ Compreendi a explicação dada acima acerca do estudo. Autorizo o tratamento de dados e a divulgação dos resultados obtidos no meio científico, garantido o anonimato. Deste modo, aceito participar no estudo.

Assinatura

Anexo 4 – Contactos de Apoio a Vítimas fornecidos aos/às participantes

- **APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima**
Tel.: 116 006 (Chamada gratuita - dias úteis: 08h-22h)
- **CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género**
Tel.: 217 983 000 / 222 074 370
E-mail: cig@cig.gov.pt / cignorte@cig.gov.pt
- **GEAV - Gabinete de Estudos e Atendimento a Agressores e Vítimas da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto**
Tel.: 220 400 600
E-mail: secretariado_consultas@fpce.up.pt
- **Linha SOS Mulher - Linha Telefónica de Ajuda**
Tel.: 808 200 175
- **UMAR - União de Mulheres Alternativa e Resposta**
Tel.: 218 873 005 / 225 493 135 / 912 882 129
E-mail: umar.sede@sapo.pt / umar.porto@gmail.com

Anexo 5 – Gráficos referentes à análise do IVC

Gráfico 1 - Frequência de comportamentos dirigidos ao/à parceiro/a, no último ano, de acordo com o género dos/as participantes.

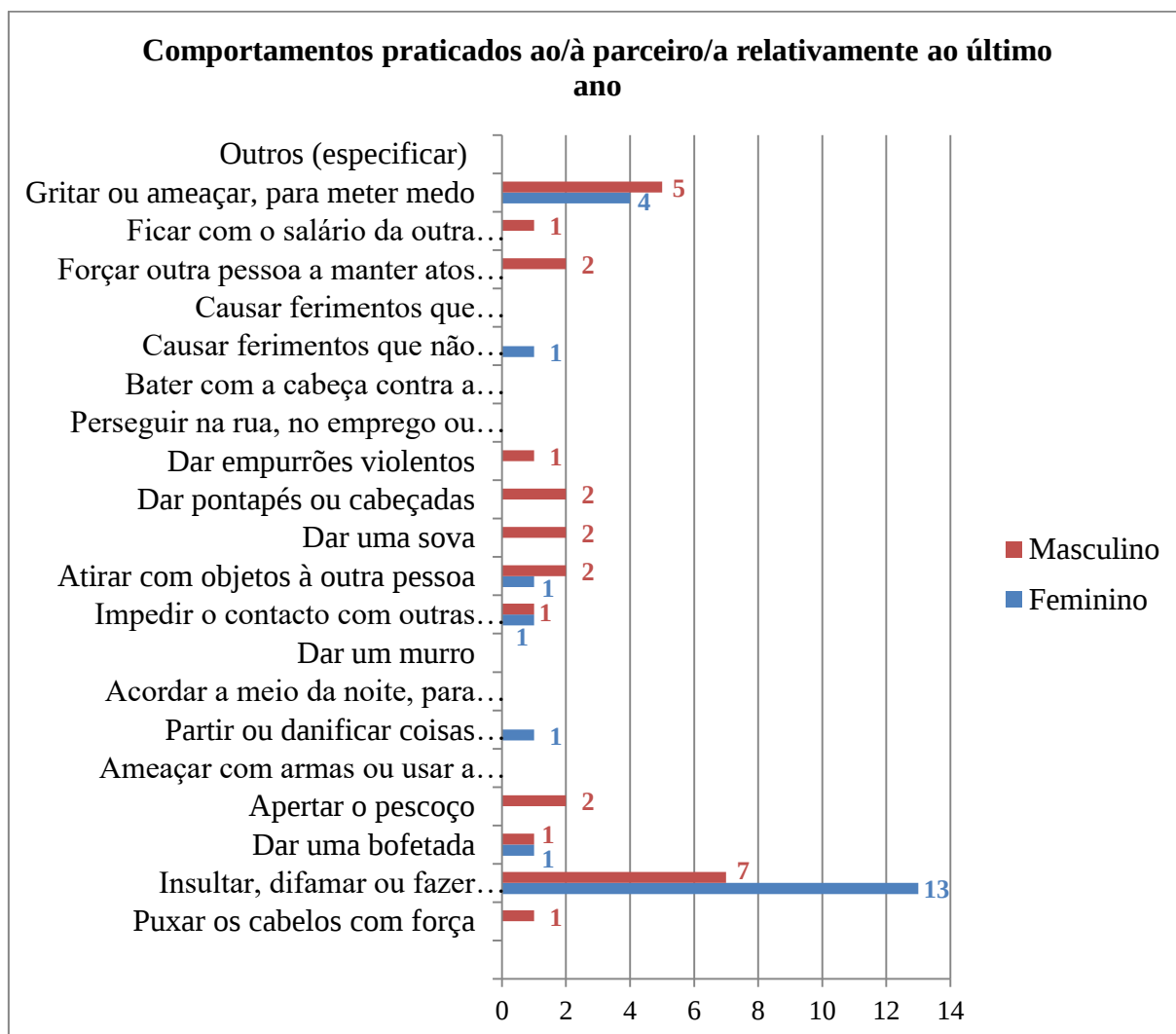


Gráfico 2 - Frequência de comportamentos recebidos pelo/a parceiro/a, no último ano, de acordo com o género dos/as participantes.

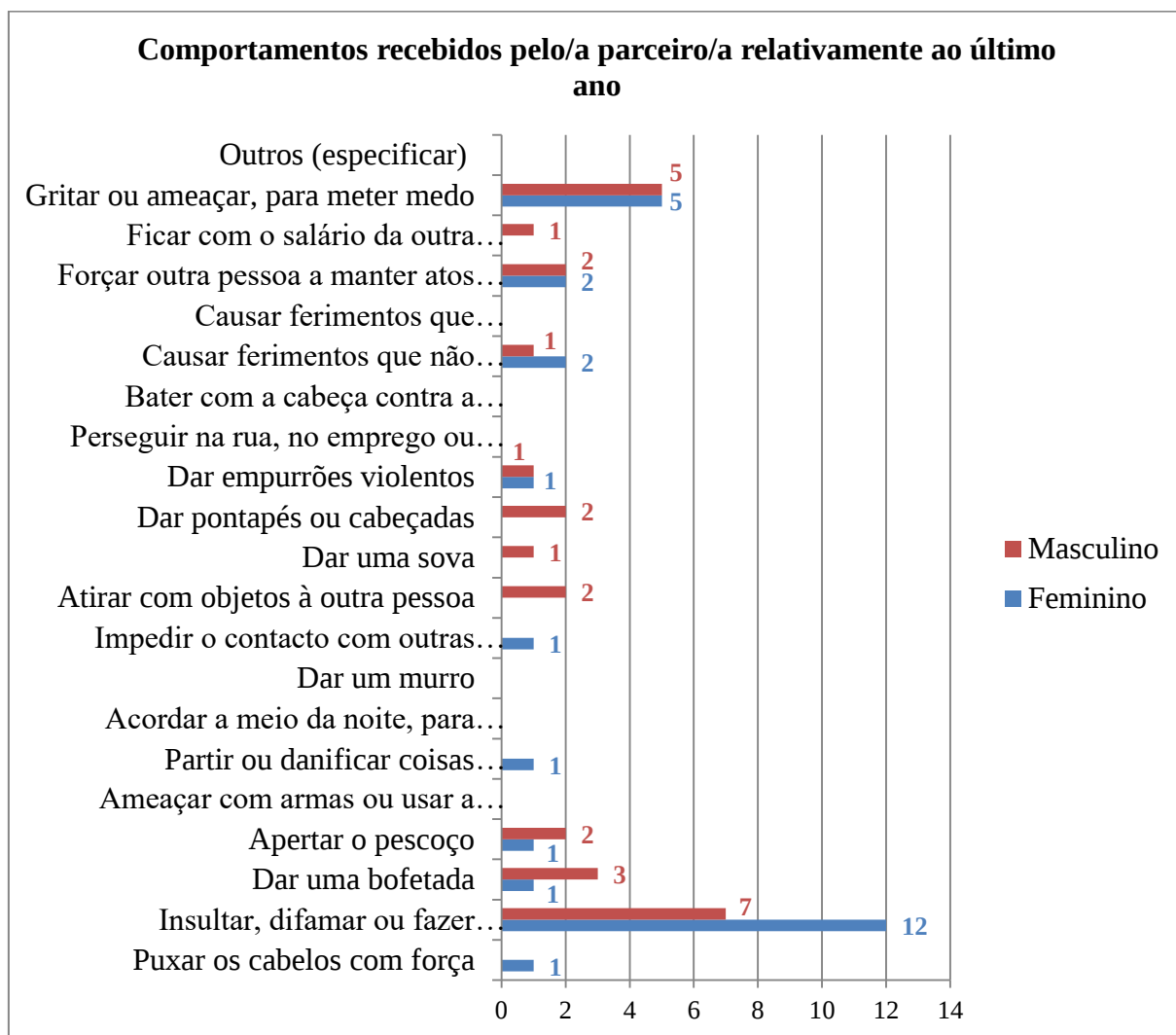


Gráfico 3 - Frequência de comportamentos dirigidos ao/à parceiro/a, no último ano, de acordo com a orientação sexual dos/as participantes.

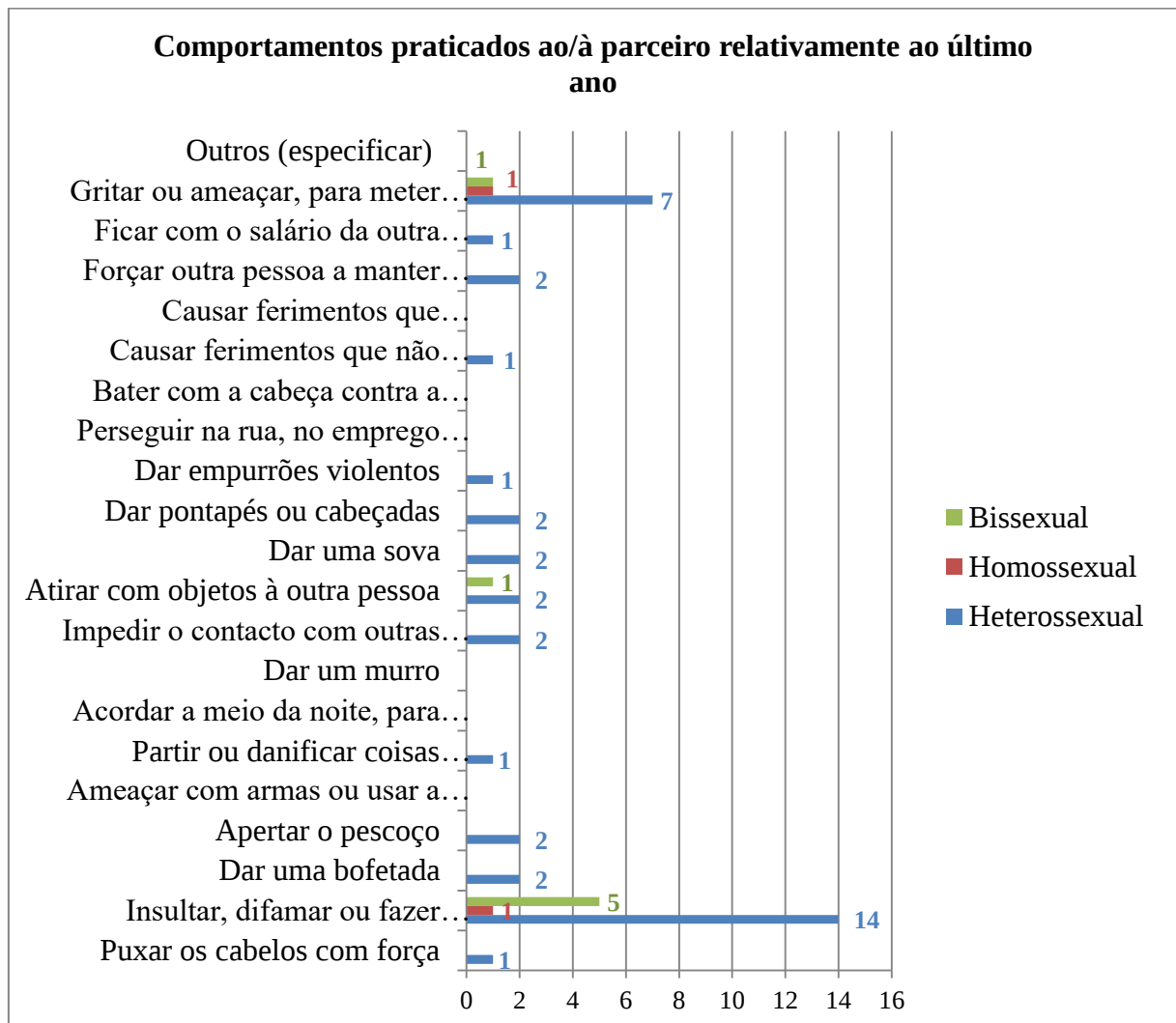


Gráfico 4 - Frequência de comportamentos recebidos pelo/a parceiro/a, no último ano, de acordo com a orientação sexual dos/as participantes.

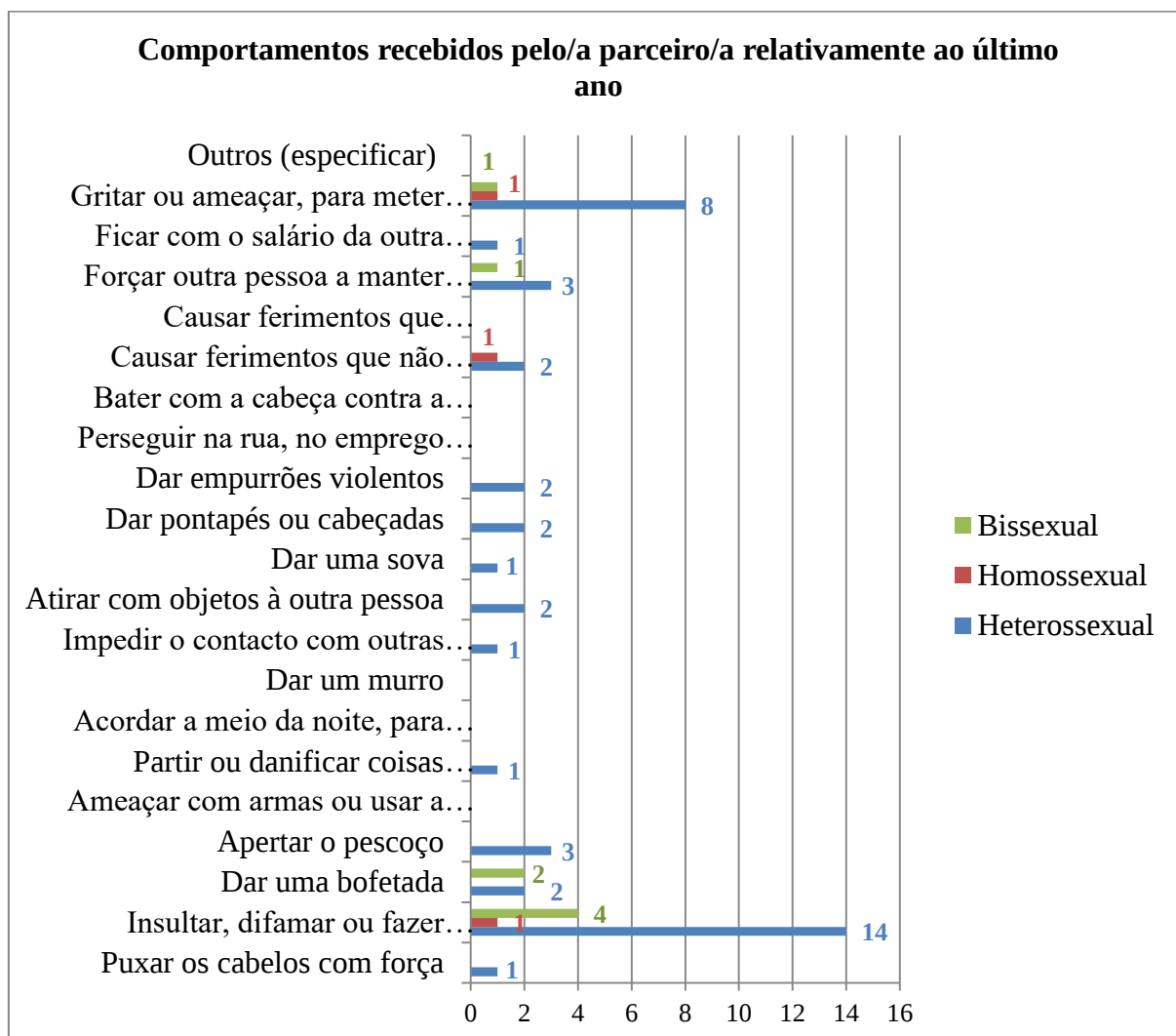


Gráfico 5 - Frequência de comportamentos dirigidos ao/à parceiro/a, no último ano, de acordo com a área de formação dos/as participantes.

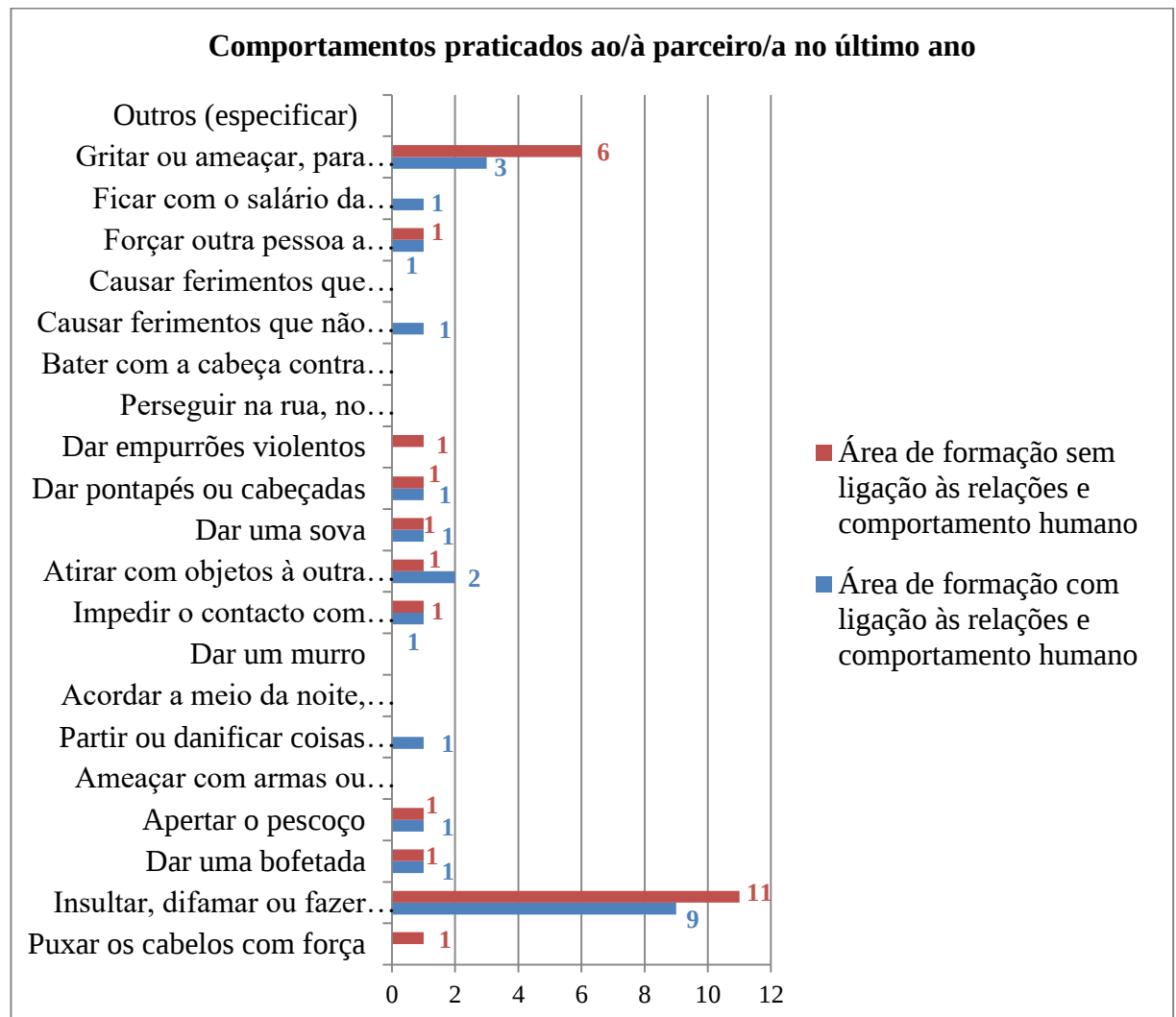


Gráfico 6 - Frequência de comportamentos recebidos pelo/a parceiro/a, no último ano, de acordo com a área de formação dos/as participantes.

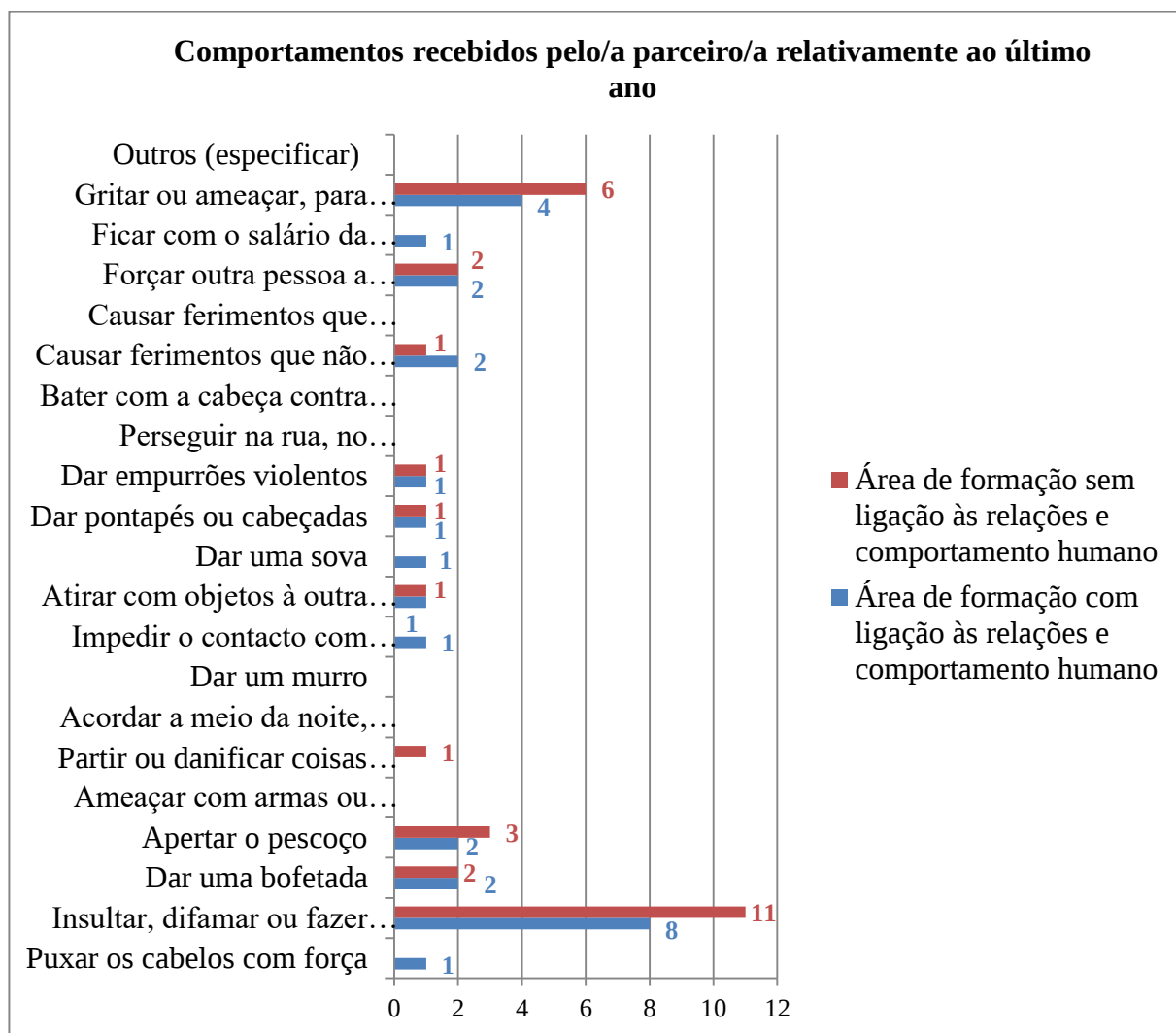


Gráfico 7 - Frequência de comportamentos dirigidos ao/à parceiro/a, em qualquer relação amorosa, de acordo com o género dos/as participantes.

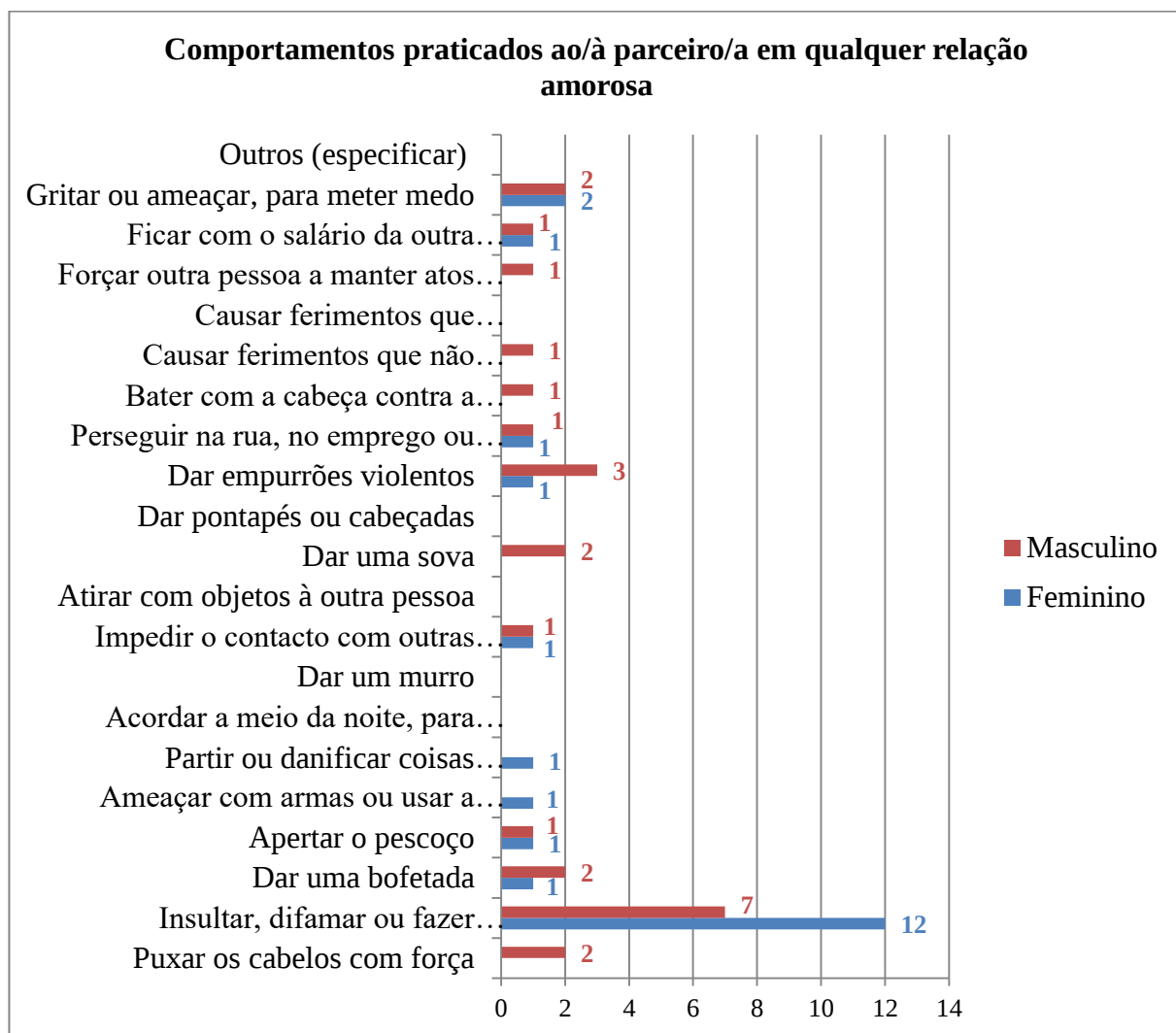


Gráfico 8 - Frequência de comportamentos recebidos pelo/a parceiro/a, em qualquer relação amorosa, de acordo com o género dos/as participantes.

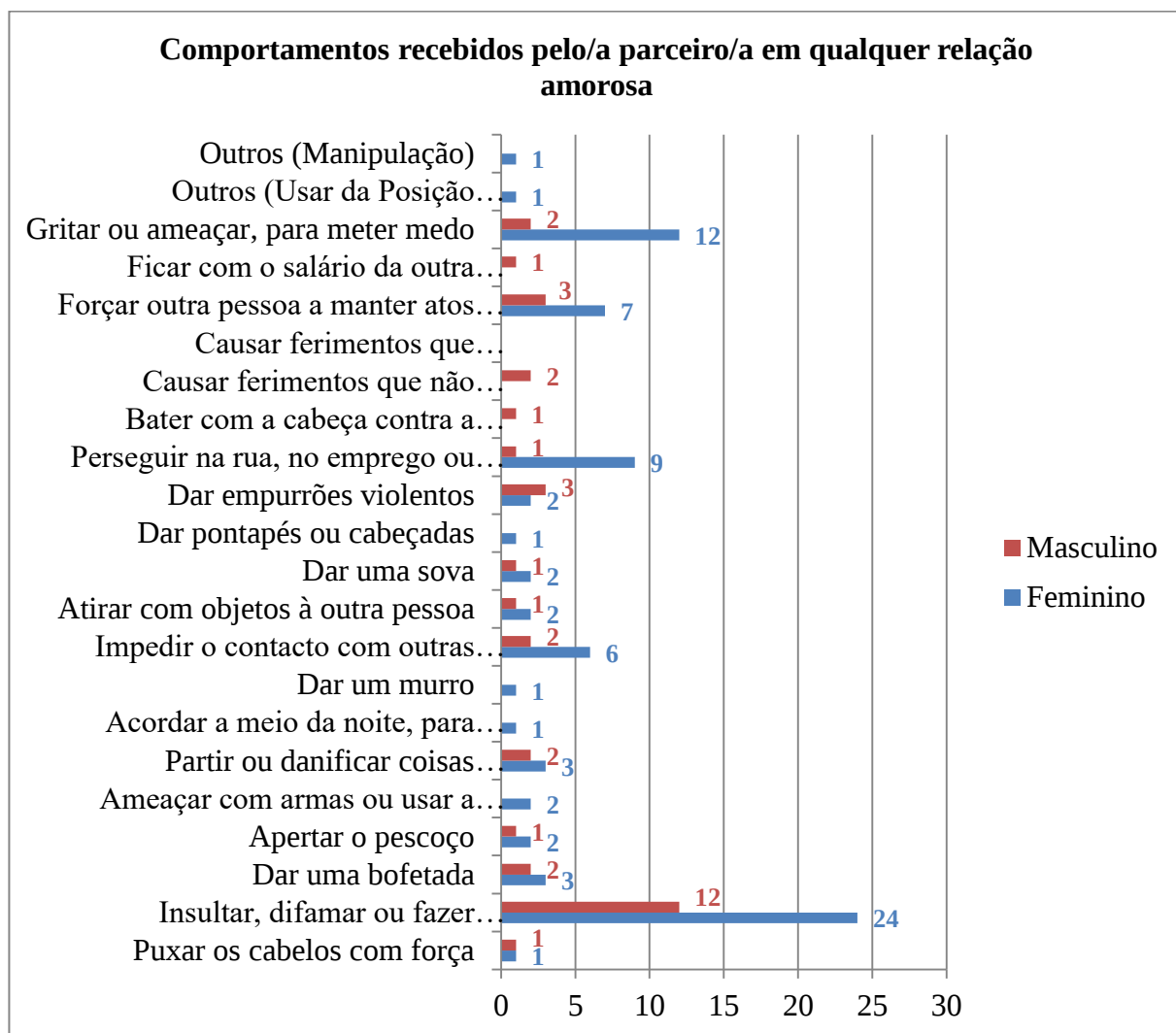


Gráfico 9 - Frequência de comportamentos dirigidos ao/à parceiro/a, em qualquer relação amorosa, de acordo com a orientação sexual dos/as participantes.

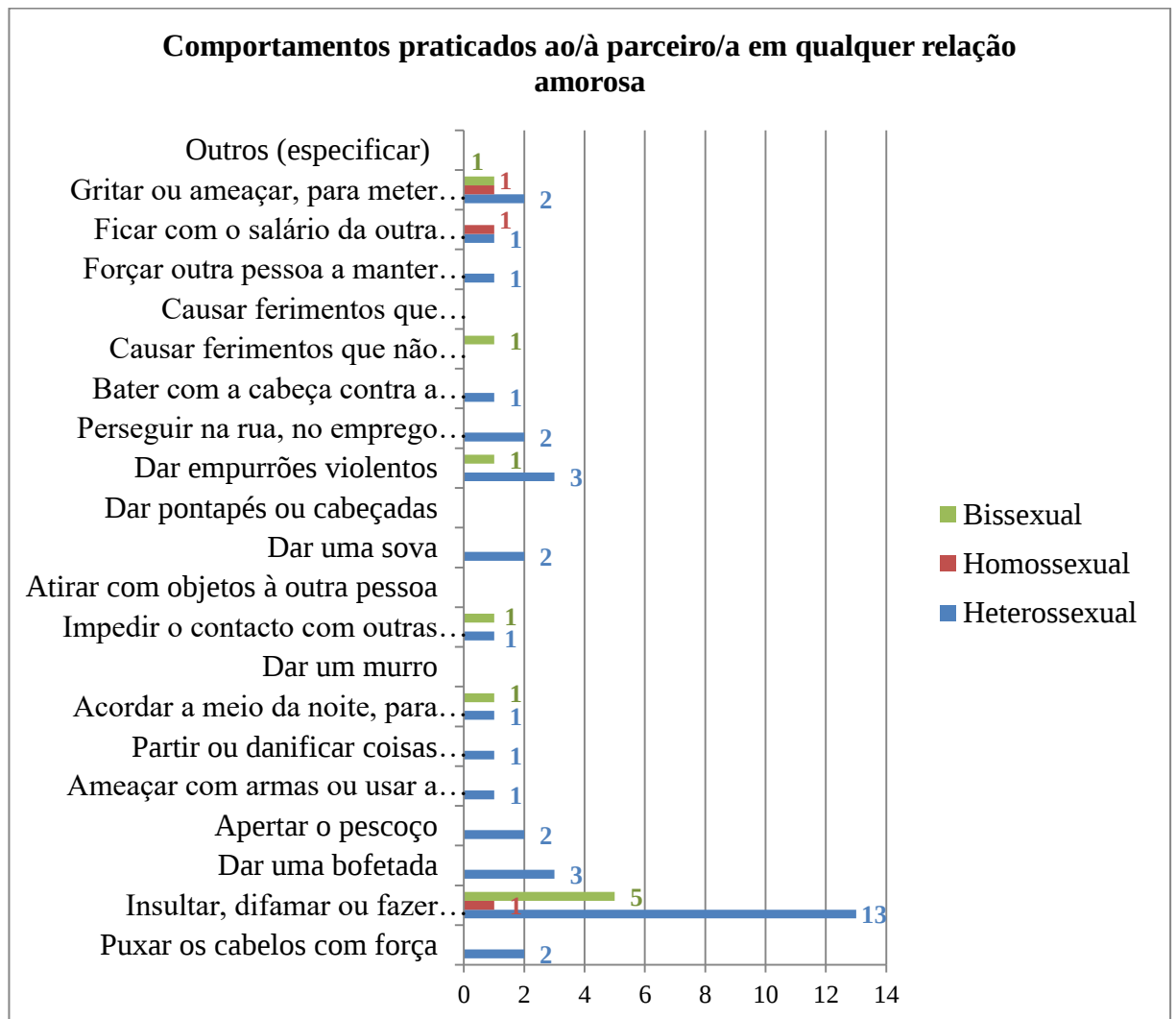


Gráfico 10 - Frequência de comportamentos recebidos pelo/a parceiro/a, em qualquer relação amorosa, de acordo com a orientação sexual dos/as participantes.

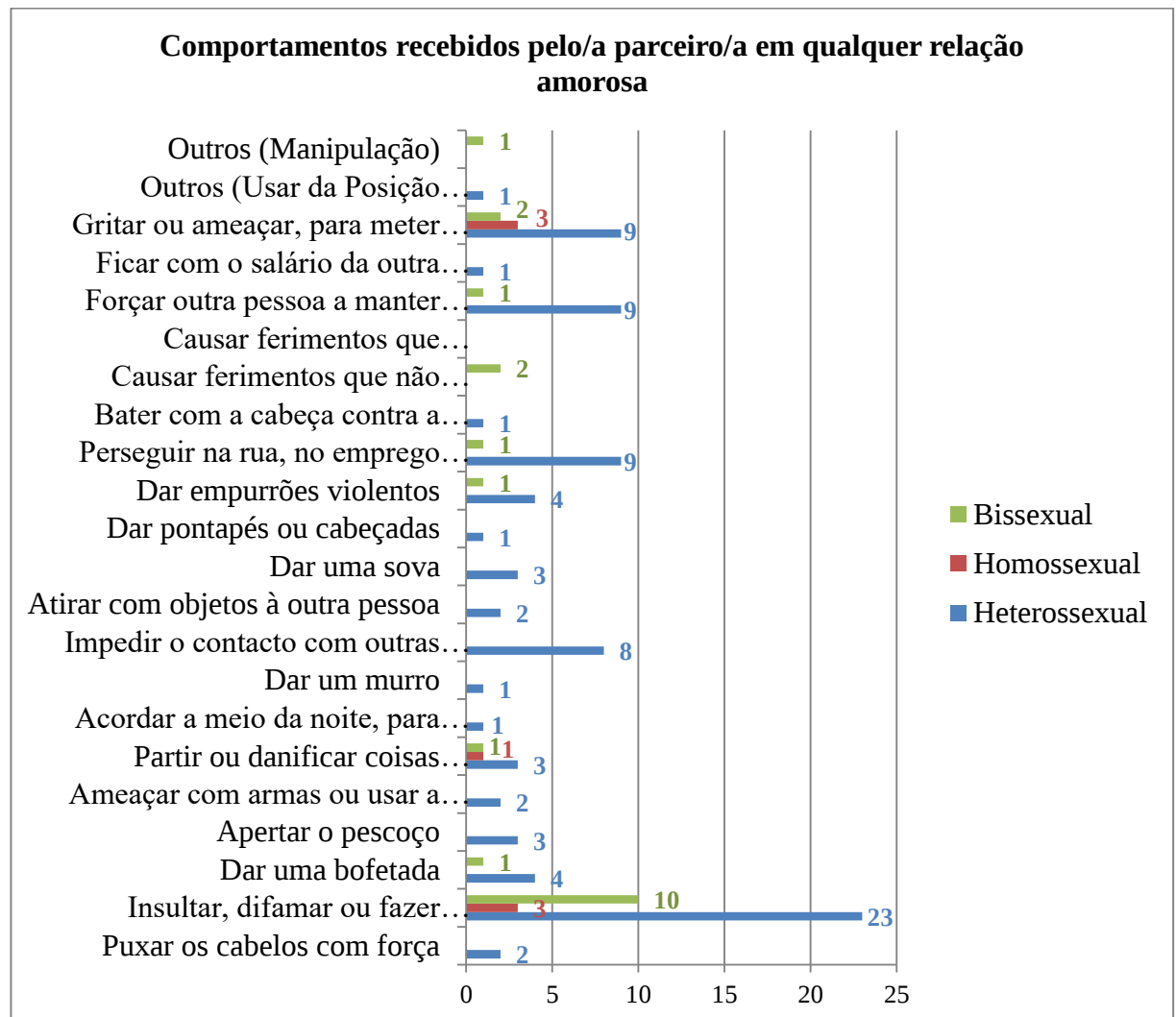


Gráfico 11 - Frequência de comportamentos dirigidos ao/à parceiro/a, em qualquer relação amorosa, de acordo com a área de formação dos/as participantes.

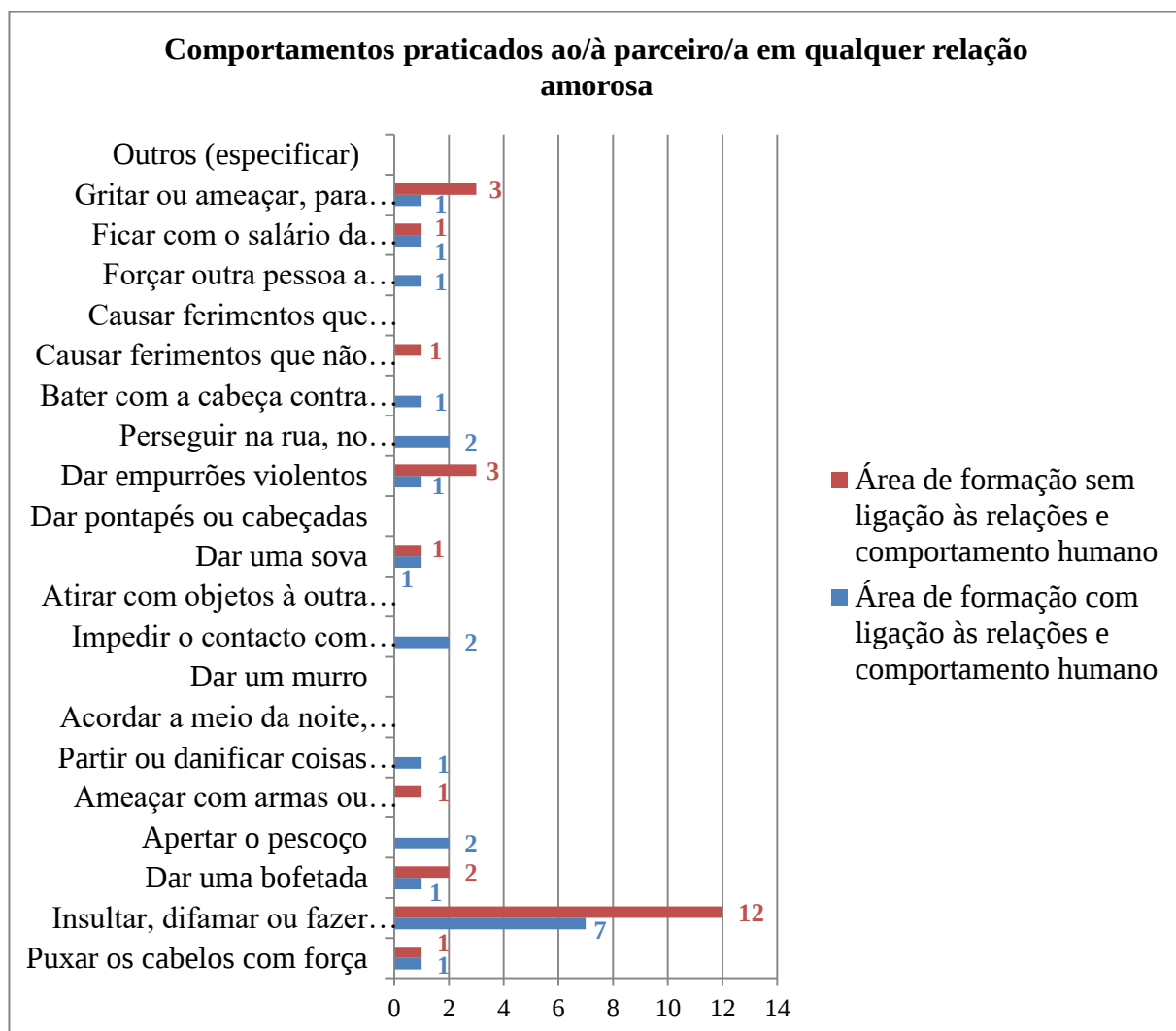


Gráfico 12 - Frequência de comportamentos recebidos pelo/a parceiro/a, em qualquer relação amorosa, de acordo com a área de formação dos/as participantes.

